



Local: salão nobre do edifício sede do município de Armamar. -----

Data: 27 de abril de 2026 -----

Abertura da reunião: nove horas e cinquenta minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da Assembleia Municipal de Armamar, João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Marlene Isabel Cardoso Fernandes, desempenhado as funções de primeira-secretária e Susana Isabel de Almeida Mendes, segunda-secretária. -----

O presidente da Assembleia Municipal comunicou a substituição, na presente sessão, de José António Guedes, por Ofélia Melo, do presidente da junta de freguesia de Aldeias, António Fernandes, pelo secretário José Rodrigues e do presidente da união das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião, Manuel João Silva, pelo secretário, Marco Souto.-

O **presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou os presentes e os que acompanhavam a sessão através da transmissão online. Informou que, na sequência do pedido de suspensão do mandato apresentado por José António Guedes, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Novo Rumo, por um período de dez meses ou até cessar o motivo que o fundamenta, foi convocada Ofélia Rosa Pereira de Melo para ocupar o lugar de membro da Assembleia Municipal, nos termos legais aplicáveis. -----

Apresentou condolências ao vereador Luís Rodrigues e à família da sua esposa pelo falecimento do seu sogro. -----

Informou que participou, nos dias 10 e 11 de abril, no 1.º Encontro Nacional de Assembleias Municipais e Gabinetes de Apoio, realizado em Portimão e organizado pela ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, acompanhado pela colaboradora do Gabinete de Apoio aos Órgãos, Sónia Santos. Referiu que o encontro constituiu uma experiência enriquecedora, permitindo conhecer diferentes realidades organizativas dos gabinetes de apoio às assembleias municipais, bem como partilhar boas



práticas. Destacou ainda a intenção da ANAM de criar uma plataforma destinada aos gabinetes de apoio, com vista à uniformização de procedimentos. Informou que a participação teve um custo de 808,96 euros. -----

Informou que a Mesa tem partilhado regularmente com os presidentes de junta e membros da assembleia municipal informações remetidas pela ANAM, nomeadamente convites para conferências e outras iniciativas, considerando importante a participação dos eleitos. Referiu ainda que, durante o encontro, esteve presente o presidente do Centro de Valorização dos Eleitos Locais (CVEL), entidade parceira da ANAM, que em breve promoverá ações de formação destinadas aos membros das assembleias municipais. Destacou também a integração da ANAM num grupo de trabalho relacionado com a Lei das Finanças Locais, considerando que a associação tem desenvolvido um trabalho meritório nesta área. Por fim, informou que o 10.º aniversário da ANAM será assinalado no dia 7 de maio, em Mirandela, com a participação da Mesa. Salientou que, atendendo à proximidade da celebração do 25 de Abril, a Mesa entendeu proporcionar aos grupos municipais, bem como ao Presidente da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, a oportunidade de efetuarem uma intervenção alusiva à data. Referiu que manifestaram essa intenção o Grupo de Cidadãos Eleitores Novo Rumo e o Partido Social Democrata (PPD/PSD). -----

Intervenções alusivas ao 25 de abril -----

António Azevedo, representante do grupo de cidadãos eleitores Novo Rumo, depois de cumprimentar os presentes, fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

Ex.mo Senhor; -----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Ex.mos Senhores Vereadores -----

Ex.mos Deputados Municipais Ex.mo Público presente; -----

Foi com o maior prazer que aceitei a incumbência para intervir nesta digna Assembleia Municipal a propósito da comemoração do 25 de abril de 1974. -----

Permitam-me antes do mais, uma referência pessoal acerca daquela inesquecível data por ter tido o privilégio de a testemunhar vivamente e cujas memórias guardo para sempre. -----

Nos tempos pretéritos a abril de 1974, Portugal era um país aprisionado numa trama de contradições, politicamente isolado internacionalmente, uma economia periférica; uma sociedade desmotivada, predominantemente rural, pobre e desigual; culturalmente débil; umas forças armadas saturadas de uma guerra longa e sem perspectiva política que pudesse justificar. -----

Portugal estava, assim, sufocado por um regime autoritário, num beco sem saída, que não sabia desenvolver qualquer capacidade de reforma que a Europa já experimentava havia tempo. -----

Em 25 de abril de 1974, cientes destes e demais circunstancialismos, um grupo de capitães e outros oficiais, tiveram a audácia de enfrentar o poder vigente, derrubando-o. -----

O 25 de abril de 1974 ficou, pois, a marcar incontornavelmente a História do Portugal contemporâneo com repercussão europeia e mundial. -----

Podemos, enfim, caraterizar o 25 de abril enquanto fenómeno histórico, político, social e militar. -----

Em 25 de abril de 1974, aconteceu, de facto uma revolução. E citando Georg Forster (escritor de viagens, jornalista e revolucionário alemão) numa carta que endereçou em 28 de dezembro de 1793, disse: “A revolução é um furacão, quem a poderá deter?” - Em Portugal, fosse como foi em 25 de abril ou noutra data, o sucedido era inevitável, como se comprova pela imediata adesão popular que lhe conferiu a energia necessária para a tornar imparável. -----



O 25 de abril de 1974, foi a primeira etapa de um processo. E como em quase tudo o que é feito por humanos, sucedem-se incidentes, vicissitudes, traduzidas em desvios à matriz original. -----

Foi, com o 25 de novembro de 1975 que a trajetória democrática retomou o seu curso, da qual hoje todos beneficiam e que contribuiu decisivamente para resgatar uma revolução que, entretanto, se desviara dos seus fins iniciais e genuínos. -----

Mas, o 25 de abril não deve significar apenas um marco histórico; um acontecimento que cristaliza ou permanece estanque como uma moldura imutável. -----

O 25 de abril fez-se para perspetivar um novo futuro, um novo rumo para Portugal no seu todo. -----

Cabe relembrar ou mesmo evidenciar os 3 D's fundacionais: Democratizar; Desenvolver; Descolonizar". -----

O regime autoritário que vigorou até 24 de abril de 1974 caracterizava-se pela existência de partido único. Inversamente, com o 25 de abril foi aberta a porta da democracia e, com esta, a existência de Partidos políticos ideologicamente diferenciados como é timbre de um regime democrático. Estes são organizações vitais a uma democracia efetiva cujos princípios e programas dão ao cidadão livre e esclarecido as possibilidades de escolha para governar o destino coletivo. -----

A democracia é também um processo, um percurso de permanente aprendizagem e aperfeiçoamento das pessoas e das instituições. A democracia não é um processo acabado nem definitivamente garantido. E a melhor defesa da democracia está na sua prática diária nas diversas organizações sejam elas políticas ou outras. -----

E como é que se consubstancia a democracia? Ou seja; como é que a concretizamos, a tornamos concreta e efetiva? Participando e atuando seja individualmente ou no âmbito de organizações e/ou instituições democráticas, por exemplo, agremiações desportivas e culturais; ou de cariz político, nomeadamente autárquico. -----

É, pois, a nível autárquico, que mais se evidencia e aproxima do cidadão esta simbiose entre liberdade e democracia! Liberdade de escolha entre diversos projetos e personalidades autárquicos, se de autarquias falamos. -----

O cidadão deve ser o centro e o fim da atividade política. E o cidadão em regime democrático tem direitos: seja participando na vida coletiva da sua freguesia, do seu concelho, do seu País. Tem o direito de ser ouvido e de se fazer ouvir! Jamais a democracia legada pelo 25 de abril pode ser um monólogo. O direito de expressão é inalienável! -----

Como disse, o 25 de abril ocorreu em vista de construir um futuro mais promissor. Não pode cingir-se a uma democracia meramente formal; tem de ser consequente, concretizada em melhorias na vida do cidadão, como seja na saúde, na educação, na cultura, na justiça, na habitação, em políticas direcionadas para a juventude e de um modo particular para os mais idosos. -----

Também para a salvaguarda dos direitos e liberdades essenciais inerentes ao primado da pessoa humana, sendo um fim inabalável a prosseguir. Compreendem não só direitos de carácter político como ainda direitos económicos e sociais sem os quais aqueles carecerão de efetivo fundamento. Trata-se, pois, de realizar a justiça social. -- A juventude; esta é a garantia da continuidade dos valores perenes numa sociedade livre e democrática. -----

A problemática da entrada no mundo laboral; a adequação do emprego oferecido às qualificações individuais; o ajustamento das aspirações dos jovens às possibilidades do mercado de trabalho; as dificuldades no acesso a uma habitação acessível; a emigração dos melhores talentos, são certamente problemas com que esta faixa etária ainda se defronta. -----

Finalmente, não devemos dissociar o 25 de abril da Lei Fundamental aprovada em 1976 e que este ano se comemoram os seus 50 anos. Falamos da Constituição da



República. Nela estão plasmados os valores mais relevantes duma sociedade livre e democrática, que são os valores da vida, mas também da propriedade privada, da livre iniciativa e realização pessoal e profissional. -----

A constituição portuguesa tem, antes de mais, uma função de reserva de justiça do direito constitucional, ou seja, as normas da constituição delimitam o que deve ser um direito justo. Sendo um direito imposto, é também um limite a fundamentalismos e arbitrariedades. -----

A Constituição encarna, pois, um conjunto de regras mediante as quais se garantem os direitos fundamentais e se organiza o poder político. -----

Termino, dizendo que as Pátrias, tal como os cidadãos, têm necessidade mais do que conforto, de um sentido para a sua vida, de uma aspiração para o que as transcende.

Que o 25 de abril de 1974 seja sempre a inspiração para os desígnios de Portugal!"

Joaquim Duarte representante do Partido Social Democrata (PPD/PSD), fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

"Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa; -----

Exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal de Armamar e vereação; Exma. senhora e senhores deputados municipais; Exma. Senhora e senhores presidentes da Junta de Freguesia; Minhas senhoras, meus senhores; -----

Se queremos viver o 25 de abril, teremos de assumir o seu significado e a importância que o mesmo teve para o país e para os portugueses e não só. O 25 de abril é de todos, de todos os que perfilham os ideais democráticos, embora inicialmente, os motivos de revolta tenham sido corporativos, transformou-se num movimento mais amplo, de democratizar, desenvolver e descolonizar. Ao contrário de muitas revoluções que ocorreram no mundo, o nosso país foi um exemplo, normalizou-se no fim de dezoito meses apesar de alguns excessos ocorridos, no período do PREC, no chamado Verão Quente, mas a que o 25 de novembro veio desvanecer e consolidar a

democracia. Isso é uma realidade, a pacificação do país em tão pouco tempo e olhámos para a Europa, após quinhentos anos de olhar para o mar. Mar que deveria ser também o futuro, mas olhado de outra forma, de uma forma que promova o desenvolvimento do país, mais sustentável, em diferentes vertentes. Mas uma revolução só se concretiza, se nós próprios fizermos “a nossa revolução”. Após 52 anos, parece perdurar em alguns a nostalgia de outros tempos, outros procuram essa nostalgia, em memórias deturpadas, porque nem sequer têm idade para ter vivido no tempo do Estado Novo. -----

Hoje facilmente derivamos na demagogia, no palavreado fácil, na locução de elementos-chave, como corrupção, emigração, etnias, mas efetivamente, o país encontrava-se amordaçado, conduzido para uma guerra sem fim, que era a guerra colonial, resultante de decisões erradas, por não termos sido capazes de ouvir os ventos da mudança, ditados com o pós-guerra, após a segunda guerra mundial. Era um país efetivamente atrasado, onde a repressão era efetiva, onde os sonhos dos jovens eram desvanecidos pelas poucas oportunidades concedidas e tinham o espectro da guerra colonial. Cumpriam um serviço militar obrigatório que poderia ir até três anos, dois desses anos na guerra colonial. Um país de assimetrias que infelizmente, ainda continuam, apesar de atenuadas, no qual não existia um acesso igualitário à educação que para muitos, a solução era descobrir de uma forma milagrosa uma “vocação para ser padre” e entrar no seminário. A desigualdade era evidente, o caciquismo existente, a pobreza era disfarçada pelos paliativos de uma sociedade civil, por natureza caridosa, por isso, é inaceitável alguns discursos, inaceitável, alguns comportamentos como que a endeusar uma época em que efetivamente não o merece, valores que por mais emblemáticos que sejam não se devem sobrepor a outros valores, mais importantes, como a liberdade, seja de expressão, associação, de reunião, a democracia, valores essenciais para um povo, a igualdade em que todos os



cidadãos têm os mesmos direitos e deveres, o direito de participação dos cidadãos, seja diretamente ou por representação dos seus eleitos, o respeito e tolerância pela opinião dos outros, solidariedade e respeito pela dignidade humana, o pluralismo político e a justiça social. -----

Ainda há pouco tempo organizei uma visita de estudo com alunos ao campo de concentração e extermínio de Auschwitz – Birkenau. Levámos um choque da realidade que nos chocou e transformou a todos os presentes que nos deixou incomodados. Não se compreende e não se aceita que um grupo de homens faça aquilo a outros homens, mulheres e crianças. Mas nós também tivemos, numa menor dimensão, o Tarrafal, campo de concentração que não se compreende e não se pode aceitar. Não vamos desculpar um crime contra a humanidade com palavras bonitas, porque foi um campo de tortura, de morte, por motivos políticos. Claro estava bem longe dos nossos olhares, no meio do Atlântico, mas não estava longe dos nossos ouvidos, temos ouvidos e lemos não podemos ignorar. -----

Vemos hoje a consolidação do poder local, a sua democraticidade e fiquem conscientes se o 25 de abril não ocorresse, muitos de nós não estaríamos aqui, não nos expressaríamos livremente, sem ter de olhar por cima do ombro. Os mais velhos ainda se lembram, daqueles esbirros encostados ao balcão a escutar as conversas, aqueles ouvidos do poder, autoritário e repressivo. Não há boas ditaduras, não, quando retira a liberdade a um povo, quando lhe retira a liberdade de criar, de pensar, de se expressar. Quando lhe retira a liberdade de escolher, de escolher o seu caminho, a sua autodeterminação. Quando se discriminava as mulheres, em que por exemplou, uma mulher casada até finais dos anos 60 só poderia viajar para o estrangeiro com autorização expressa do marido. Discriminação que atingia os mais desfavorecidos a quem não era dada voz, nem participação ativa. Faz também anos a Constituição, documento fundamental de um país, no qual nos devemos rever, queira-

se ou não a sua revisão, não é esse documento que tem obstado ao desenvolvimento do país. Nós gostamos de “contar a nossa história”, mas “a nossa história” não pode ignorar factos, não pode deturpar números, não pode esconder o que na realidade aconteceu. Hoje até fazemos discursos e escrevemos artigos bonitos, atacamos partidos que construíram a democracia, mas o rasto de alguns é nulo, ou muito diminuto, lançamos a suspeita em todas as decisões que são tomadas, mas na realidade não transformamos o que está ao nosso alcance, ou seja, “só fazem se beneficiarem”. Já não há o lápis azul que limitava a liberdade de expressão, já não há nos jornais, o carimbo de visado pela censura. Queremos que haja respeito, respeito pelos direitos humanos, pela independência dos povos, respeito que cada um tenha o direito de construir o seu futuro, desde que respeite os direitos e deveres fundamentais. -----

Gostaria que o 25 de abril se concretizasse de forma plena, porque o 25 de abril não tem somente uma cor, é multicolor, através de uma discriminação positiva do interior que desde sempre tem sido votado ao esquecimento. Sentimos a desigualdade no acesso a muitas coisas, por exemplo, queremos um acesso mais rápido e mais seguro a A24. Queremos uma CIM Douro diferente, somos gente, vivemos aqui todos os dias, construímos aqui a nossa vida, moldámos a nossa paisagem que foi classificada património mundial, mas não, somos meros figurantes dentro de uma vitrina que os estrangeiros que sobem o rio nos barcos que visitam as quintas e olham para nós como extraterrestres e só deixam a poluição no rio, o lixo nos ancoradouros, passam nas nossas estradas, enriquecem as grandes quintas e os outros, aqueles que dão vida a esta paisagem, a sustentam, são simplesmente ignorados. Não se compreende que não se cobre uma taxa turística, não se compreende e se invista naquilo que é mais importante, + educação, + futuro, + resiliência, + ciência, mais organizações que valorizem o território. Compete à CIM Douro decidir, mas de certeza estarão mais



preocupados em olhar para outros mundos, onde de certeza pagarão taxas turísticas, do que olhar para o seu território. -----

Abril também se cumpre valorizando o território, tornando-o atrativo, acolhedor que se sinta vontade de se fixar no seu espaço. Um investigador português, há pouco tempo afirmou que os monumentos portugueses podem ser minis auto-europas, basta olhar para eles com outros olhos e integrar numa região mais basta, assim queira a CIM Douro. -----

A Escola promoveu recentemente a comemoração do Dia da Terra, celebrado a 22 de abril, e da Cultura Megalítica, que foi celebrado, neste último domingo de abril. Datas que não deveriam ser meras efemérides, mas momentos de reflexão. Temos erguido na freguesia de Fontelo, no vale de Nascença, o Menir de Fontelo, um dos raros exemplares da cultura megalítica não funerária, no centro e norte do país — imponente, um dos maiores da Península Ibérica, afeiçoado e erigido há mais de cinco mil anos, para garantir a fertilidade dos solos que sustentavam a comunidade do Monte de São Domingos. Era o culto à Mãe Terra, de quem sabiam depender. Temos no nosso território algo que nos distingue, que deveria orgulhar-nos e que deveríamos promover. A escola cumpre, como sempre, o seu papel na defesa do Património e da História Local, nem sempre reconhecido, por alguns. Mas quando se ama um território, exprime-se esse amor por ações, não por palavras. -----

Assim, compete à CIM Douro promover o seu território, por exemplo, aqui ao lado, têm a Rota do Românico, outro exemplo, na CIM Dão Lafões estabeleceram a rota megalítica e até organizaram um congresso e o nosso concelho, para além do Menir de Fontelo, monumento de interesse público, erigido há mais de cinco mil anos que se destaca pela sua altura e ser um exemplar muito raro no centro e norte do país. Confirma assim, a existência de uma comunidade agropastoril que viveu no Monte de São Domingos que também tem o exemplo do culto à Mãe natureza que advém da



ou da Pedra da Fertilidade, ou pedra propiciatória. Está presente o seu carácter sagrado e mágico e não é uma lenda, foi verdade que estiveram ali dois reis e rainhas com o objetivo de obter descendência, e fiquem cientes que não vieram somente rezar, um deles, D. João II, até colocou o seu Brazão no pórtico principal da Ermida. Há outros vestígios históricos que estão inventariados e são de interesse público que deverão ser divulgados. Importa criar uma rota megalítica que se integre na Rota Europeia da Cultura Megalítica, na qual se pode integrar paisagens rituais onde estas arquiteturas mágico-religiosas se inserem. Assim queiram eles valorizar o território como um todo e reforçar a coesão territorial. -----

Continuamos a acreditar, continuamos no caminho certo, a mudança na continuidade ocorreu, sem sobressaltos, passos seguros, passos firmes com uma visão estratégica, dinamismo e sobretudo acreditar que Armamar tem futuro, que Armamar é um concelho aberto, que respeita a cultura e as tradições, mas que olha o futuro e o quer agarrar com as mãos e o transformar. Sentimos que somos uma voz ativa, dotada de uma governança e liderança capaz que nos está a guiar no bom caminho. Somos um concelho de oportunidades, saibamos nós, encontrar o caminho, porque não nos falta perseverança, não nos falta capacidade e resiliência. Vemos isso em ações estratégicas de promoção do território, há o caminho e sabem bem, qual é o caminho que se tem de seguir, há certeza, há ação, há mérito, capacidade bem evidenciada, no que se faz e promove. -----

O 25 de abril mais tarde consolidado com o 25 de novembro que não sejam meras datas e saibamos honrar a memória de quem acreditou que este país viria nascer o sol em liberdade, nascer o sol em igualdade, nascer o sol em oportunidades para todos, independente do seu estatuto social, nascer o sol no interior do país em que tenha uma discriminação positiva para quebrar anos e anos de isolamento. O 25 de abril só será pleno, se nós próprios, independente da nossa opção política,



assumirmos os valores que são essenciais a uma sociedade, a uma comunidade que se quer viva e participativa, respeitando os valores democráticos. Assim seja!" -----

Presidente da Câmara Municipal, fez a intervenção cujo teor se transcreve:-

"Há datas que pertencem aos livros de História. E há datas que pertencem, ao mesmo tempo, à consciência de um povo. Pertencem à nossa memória coletiva. -----

O 25 de Abril é, sem dúvida, uma dessas datas. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e membros da mesa, Senhora e Senhores Vereadores do Executivo Municipal, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta, Caras e caros Armamarenses, Ilustres convidados, -----

52 anos depois, Abril continua vivo: na forma como falamos, na liberdade com que pensamos, na coragem com que discordamos. -----

Vive, sobretudo, na forma como escolhemos participar. -----

Recordamos hoje um momento marcante da nossa história: um povo que se uniu, que saiu à rua, que ofereceu cravos aos soldados e reclamou a liberdade. -----

Um ato tão simples quanto poderoso. -----

Evocamos, com respeito e admiração, todas e todos os que tornaram isso possível.

Mulheres e homens que recusaram aceitar um país fechado sobre si e que abriram caminho à liberdade. Que tiveram a coragem de mudar para que hoje pudéssemos escolher. -----

E é precisamente essa possibilidade de escolha que define a nossa democracia. -----

Mas escolher traz responsabilidade. E talvez seja essa a maior lição de Abril. -----

A liberdade não é apenas um direito adquirido, mas uma responsabilidade permanente. Não basta tê-la. É preciso exercê-la e dar-lhe sentido. -----

E essa responsabilidade começa aqui, nesta Assembleia Municipal. A casa da democracia local. -----

É aqui que os valores de Abril se concretizam: na pluralidade de opiniões, no debate,



na fiscalização democrática e na construção de soluções para o nosso concelho. -----

A democracia não exige unanimidade. Exige respeito. -----

Não exige ausência de conflito. Exige responsabilidade na forma como o enfrentamos.

Exige, acima de tudo, capacidade de construir, mesmo a partir da diferença. -----

Enquanto Presidente da Câmara Municipal, quero afirmar de forma clara que valorizo profundamente o papel desta Assembleia, da sua capacidade de escrutínio ao seu contributo crítico para o desenvolvimento de Armamar e de cada um de nós. -----

É este equilíbrio de poderes que garante uma governação mais transparente, rigorosa e mais próxima das pessoas. -----

Ao longo das últimas décadas, o poder local afirmou-se como uma das mais importantes conquistas de Abril. Foi nos municípios que a democracia se tornou próxima das pessoas: na melhoria das infraestruturas, na resposta às necessidades das populações, na promoção do desenvolvimento económico e social. -----

É aqui, no território, que a liberdade ganha forma concreta na vida de cada cidadão.

E quando falamos de pessoas, falamos de Armamar. -----

Falamos dos nossos jovens, que precisam de oportunidades para ficar. -----

Falamos das famílias, que precisam de estabilidade e acesso à habitação. -----

Falamos das nossas empresas, que precisam de condições para crescer. -----

Falamos dos nossos idosos, que merecem cuidado, respeito e dignidade. -----

E é aqui que a liberdade ganha o seu verdadeiro significado. -----

Porque liberdade não é apenas poder escolher. É ter condições para escolher. E isso exige trabalho. Exige visão. Exige compromisso. -----

Enquanto executivo municipal, temos procurado estar à altura desta missão. Com uma política de proximidade, ouvindo as pessoas, envolvendo as instituições, valorizando o papel das juntas de freguesia. Com investimentos estruturantes, mas também com atenção às necessidades do dia a dia. -----



Mas sabemos que governar não é um exercício isolado. É um trabalho coletivo. E é por isso que esta Assembleia tem um papel fundamental. -----

Num tempo em que, por vezes, cresce o afastamento entre cidadãos e instituições, é essencial reforçar a confiança na política. E essa confiança constrói-se com transparência, com seriedade e com resultados concretos. -----

Não podemos ceder ao ruído fácil nem à divisão estéril. O debate político é essencial, mas deve servir para encontrar soluções, não para alimentar conflitos. Deve construir, não dividir. -----

Os valores que aqui representamos assentam precisamente nesse equilíbrio: uma sociedade que valoriza a iniciativa, o mérito e a responsabilidade, sem nunca esquecer a solidariedade e a justiça social. -----

Uma governação que promove o desenvolvimento e que coloca sempre as pessoas no centro das decisões. -----

Caras e caros membros desta Assembleia, -----

Abril ensinou-nos algo fundamental: -----

Que a liberdade não é garantida. É exercida. -----

Que a democracia não é automática. É construída. -----

Que o direito à palavra implica o dever de ouvir. -----

Abril deixou-nos um legado. Deixou-nos, acima de tudo, uma tarefa: a de continuar. --

Continuar a construir uma sociedade mais justa, mais coesa e mais próxima das pessoas. E isso faz-se todos os dias: nas decisões que tomamos, na forma como exercemos as nossas funções, na forma como respeitamos quem pensa diferente. -----

Hoje, a nossa responsabilidade não é fazer a revolução. É honrá-la. É garantir que as próximas gerações também conhecem um país onde a palavra é livre, onde o voto decide e onde cada cidadão tem voz. -----

Celebrar Abril não é apenas recordar. É perguntar, todos os dias, o que fazemos com

aquilo que foi conquistado. -----

Que saibamos estar à altura desse desafio. -----

Que saibamos honrar Abril com o nosso trabalho diário. -----

E que, apesar das diferenças legítimas, sejamos sempre capazes de encontrar caminhos comuns quando está em causa o interesse do nosso concelho. -----

Hoje celebramos a liberdade. Amanhã, e todos os dias, temos o dever de a merecer.

Com responsabilidade, dedicação e sentido de missão. -----

Viva o 25 de Abril! -----

Viva a Democracia local! -----

Viva Armamar! -----

Viva Portugal! -----

Muito obrigado.” -----

Presidente da Assembleia Municipal, fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

“Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora e Senhores Vereadores, Público presente e aos que assistem através da transmissão online, Caros concidadãos. -----

No âmbito da presente sessão ordinária da Assembleia Municipal, assinalamos hoje as comemorações do 25 de Abril, data maior da nossa história coletiva e marco fundador da democracia em Portugal. -----

A Revolução dos Cravos representou a afirmação dos valores da liberdade, da igualdade e da justiça, pondo termo a um regime que limitava direitos fundamentais e condicionava o futuro do país. -----

Com Abril, abriu-se caminho à construção do Estado de direito democrático, à consagração das liberdades individuais e coletivas e ao reforço do poder local democrático, pilar essencial da organização do nosso território e da proximidade entre



eleitos e cidadãos. -----

É, aliás, no contexto do poder local que o espírito de Abril se concretiza diariamente: na capacidade de ouvir as populações, de responder às suas necessidades e de promover o desenvolvimento equilibrado das nossas comunidades. -----

As autarquias são uma das mais significativas conquistas de Abril. Representam a descentralização do poder, a valorização da participação cívica e a afirmação de uma democracia de proximidade, onde cada cidadão tem voz. -----

Contudo, a evocação desta data não deve limitar-se à memória. Deve, antes, convocar-nos para uma reflexão exigente sobre os desafios que hoje se colocam à democracia. -----

Vivemos tempos marcados por profundas transformações económicas, sociais e tecnológicas. Persistem desigualdades que importa combater, surgem novos riscos associados à desinformação e ao afastamento dos cidadãos da vida pública, e multiplicam-se sinais de desconfiança nas instituições. -----

A este quadro acresce uma realidade internacional particularmente preocupante. As guerras que continuam a assolar diferentes regiões do mundo trazem consigo consequências humanas dramáticas, mas também impactos profundos à escala global, desde crises humanitárias e fluxos migratórios forçados, até instabilidade económica e social que não conhece fronteiras. -----

Estes conflitos recordam-nos, de forma inequívoca, a fragilidade da paz e a importância dos valores que Abril consagrou. Num mundo interdependente, a defesa da liberdade, do diálogo e do respeito pelos direitos humanos não é apenas um dever interno, é uma responsabilidade coletiva à escala global. -----

Neste contexto, a responsabilidade dos órgãos autárquicos é ainda maior. Cabe-nos reforçar a transparência, promover a participação e dignificar o exercício dos cargos públicos, honrando os valores que Abril consagrou. -----

A democracia exige compromisso. Exige diálogo, respeito pela diferença e capacidade de construir consensos em prol do interesse coletivo. -----

Nesta evocação, é também justo prestar homenagem aos ex-combatentes. -----

O seu percurso, frequentemente marcado por experiências de grande exigência e sacrifício, integra a história recente do nosso país. A sua memória recorda-nos o valor da paz, da liberdade e da responsabilidade coletiva na construção de um futuro mais justo. -----

Devemos-lhes reconhecimento, respeito e a garantia de que a sua experiência não será esquecida, mas antes valorizada como parte integrante da nossa identidade nacional. -----

Senhoras e Senhores, -----

Permitam-me ainda assinalar que no próximo dia 12 de dezembro de 2026 se comemoram os 50 anos da realização das primeiras eleições autárquicas em Portugal, um momento histórico que consolidou, de forma decisiva, o poder local democrático nascido de Abril. -----

Nesse sentido, a Mesa da Assembleia Municipal entende dever associar-se a essa efeméride, estando a ponderar o agendamento de uma sessão solene comemorativa, que dignifique a importância deste marco e homenageie todos aqueles que, ao longo destas décadas, serviram as suas comunidades no âmbito do poder local. -----

Abril legou-nos muito mais do que um momento histórico: legou-nos um compromisso.

O compromisso de preservar a liberdade, de aprofundar a democracia e de garantir que os direitos conquistados continuam a ser efetivos para todos. -----

Enquanto Presidente desta Assembleia Municipal, reafirmo a importância deste órgão como espaço privilegiado de representação democrática, onde se exprimem as diferentes sensibilidades da comunidade e se constrói, através do debate, o futuro coletivo. -----

X
P
M

Que saibamos estar à altura desse legado. -----

Que saibamos honrar Abril, não apenas na evocação, mas sobretudo na ação. -----

Viva o 25 de Abril. -----

Viva a democracia. -----

Viva o poder local. -----

Viva Portugal.” -----

Exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para o município -----

Abertas as inscrições manifestaram vontade de intervir os seguintes membros. -----

Mónica Araújo, fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

Trago hoje a esta Assembleia um tema que exige responsabilidade política e defesa clara do nosso território: a situação difícil que o Douro atravessa e as declarações profundamente infelizes proferidas por Rupert Symington sobre a Casa do Douro. -----

Importa dizê-lo com frontalidade: quando alguém com o peso económico e a influência que detém no setor escolhe atacar publicamente uma instituição representativa dos viticultores, não está a fazer uma crítica inocente. Está a usar a sua posição para fragilizar quem representa produtores que, muitas vezes, já se encontram numa situação de enorme vulnerabilidade. -----

Classificar a Casa do Douro como inútil e insinuar comportamentos desonestos revela, no mínimo, falta de respeito institucional e desconhecimento da realidade social do Douro. -----

É fácil falar a partir de estruturas empresariais sólidas, com acesso ao mercado internacional, capacidade financeira e poder negocial consolidado. Mais difícil é compreender a realidade de quem vive um ano inteiro dependente da vinha, enfrenta custos crescentes e vende muitas vezes sem margem justa. -----

O Douro não se resume a marcas prestigiadas nem a grandes casas exportadoras. O Douro existe porque há milhares de produtores que cuidam a terra, preservam a paisagem e mantêm

viva uma região única. -----

Por isso, declarações deste tipo não atingem apenas a Casa do Douro. Atingem simbolicamente todos os que continuam a sustentar a base produtiva da região. -----

Mas o problema maior é que estas palavras surgem num momento particularmente sensível.

Há dúvidas sérias quanto ao quantitativo de benefício. -----

Há receio de nova pressão sobre os preços da uva. -----

Há produtores exaustos de suportar sempre os maiores sacrifícios. -----

Há famílias preocupadas com o futuro. -----

Neste contexto, o que o Douro precisa é de responsabilidade e equilíbrio e não de arrogância nem de provocações públicas. -----

Sr. Presidente da Câmara, pergunto-lhe: -----

Que posição está o Município de Armamar a preparar perante estas declarações? -----

Vai Armamar assumir uma voz firme na defesa dos seus viticultores e do respeito devido às instituições durienses? -----

Vai, no âmbito da CIM Douro e junto das entidades competentes, exigir medidas concretas para proteger a produção e o rendimento agrícola? -----

Porque o silêncio, nestes momentos, beneficia sempre os mais fortes. -----

Armamar tem peso agrícola. -----

Tem legitimidade política. -----

Tem obrigação de defender quem trabalha a terra. -----

O Douro precisa de menos soberba e mais responsabilidade. -----

Precisa de menos ataques gratuitos e mais soluções. -----

E precisa de autarcas que saibam estar do lado certo.” -----

Flávia Laranjeira, cumprimentou os presentes e o público online e recordou o incêndio ocorrido em Fontelo no dia 31 de agosto do ano anterior, que colocou várias habitações em risco, inclusive a sua, salientando que uma das principais fragilidades



identificadas foi a dificuldade de acesso aos caminhos devido à falta de limpeza, manutenção e desobstrução, o que dificultou a intervenção dos meios de socorro. Tendo em conta a aproximação da época de incêndios, questionou o executivo sobre as medidas previstas para a prevenção e limpeza dos caminhos. -----

Abordou ainda a questão da instalação de um sistema de semáforos em Fontelo, já discutida em anteriores mandatos, perguntando para quando está prevista a sua implementação. Relativamente à variante a Fontelo, destacou a sua importância para o concelho e questionou sobre o ponto de situação do financiamento do governo, perguntando ainda se, na ausência de apoio do governo, a Câmara Municipal tem capacidade para assumir o financiamento da obra e qual a estimativa do custo total da intervenção. -----

Presidente da junta de freguesia de São Cosmado, Nuno Santos, cumprimentou os presentes e os que acompanhavam a sessão através das redes sociais. Referiu que privilegia a ação em detrimento dos discursos e que, desde o início do mandato, tem procurado estar próximo das necessidades da população da sua freguesia. Chamou a atenção para uma situação existente na aldeia de Cardais, onde parte de uma habitação devoluta ruiu há cerca de dois anos e meio, obstruindo um caminho principal. Apesar da colocação de barreiras, considerou que continua a existir perigo para pessoas e animais que circulam no local. Informou que já houve contactos com o executivo municipal e com o proprietário do imóvel, tendo este proposto a doação de outra habitação devoluta nas proximidades, ficando a demolição a cargo do município. Manifestou a expectativa de que a situação seja resolvida antes das festas de São João, padroeiro da localidade. -----

Abordou também a aproximação da época de maior risco de incêndios, considerando tratar-se de uma preocupação comum. Questionou o executivo sobre as medidas de prevenção em curso, aproveitando para felicitar a Câmara Municipal pelo trabalho

realizado durante o inverno rigoroso. Contudo, alertou para a necessidade de maior responsabilização dos proprietários particulares na manutenção dos seus imóveis e terrenos. -----

Identificou ainda várias situações que considera críticas na freguesia, nomeadamente áreas de mato junto a um loteamento urbano, lar e creche; terrenos e habitações devolutas em estado de degradação e com vegetação densa, representando potenciais riscos para a segurança e para a prevenção de incêndios. -----

Por último, questionou o executivo sobre a finalidade da casa onde nasceu o Dr. Francisco Gomes Teixeira, adquirida pelo anterior executivo municipal, em São Cosmado, referindo que o imóvel se encontra devoluto e em estado de degradação, servindo de exemplo para situações semelhantes relativamente às quais é exigida intervenção aos proprietários privados. -----

Joaquim Duarte, cumprimentou os presentes e apresentou uma proposta para que a tilia centenária situada junto à Igreja Matriz de Armamar seja classificada como árvore de interesse municipal, ao abrigo do Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano do Concelho de Armamar. Fundamentou a proposta na antiguidade da árvore, no seu valor simbólico, paisagístico, ambiental e identitário para a comunidade local. -----

Na sua intervenção, destacou a importância das árvores enquanto seres vivos essenciais ao equilíbrio dos ecossistemas, à biodiversidade e à qualidade de vida das populações, salientando o papel que desempenham no fornecimento de abrigo e alimento a diversas espécies, na regulação climática e na preservação da memória histórica dos territórios. Defendeu ainda a necessidade de inventariar e proteger outras árvores centenárias existentes no concelho. -----

Referiu igualmente os impactos das alterações climáticas e a relevância das árvores na mitigação das ilhas de calor, partilhando algumas conclusões preliminares de um projeto



que está a desenvolver com os seus alunos, no qual verificou diferenças significativas de temperatura entre zonas arborizadas e áreas asfaltadas. -----

Por fim, enalteceu o trabalho desenvolvido pelo executivo municipal, destacando iniciativas como a Montra Vínica e o Campeonato de Enduro, que considerou importantes para a promoção e divulgação do concelho. Referiu ainda que a presença de membros do Governo em eventos realizados no município demonstra reconhecimento do potencial de Armamar, manifestando confiança na capacidade, visão estratégica e competência do executivo para continuar a desenvolver o concelho. -----

Presidente da junta de freguesia de Folgosa, Augusto Azevedo, cumprimentou os presentes e os que acompanhavam a sessão através das redes sociais. Referiu que o assunto que hoje vem apresentar diz respeito à Cascata da Misarela. Houve um tempo, em que o rio corria, sem memória de si mesmo. Deslizava entre pedras e raízes, como se não houvesse passado, nem futuro. Apenas, o movimento contínuo da água, indiferente à presença humana. As margens eram moldadas pela paciência da erosão e o som dominante era o murmúrio orgânico de um ecossistema em equilíbrio. Então surgiu a mini-hídrica. À primeira vista, parecia discreta, quase um gesto humilde de engenharia. Não era uma barragem imponente, nem um rasgo brutal na paisagem. Era antes, uma intervenção contida, cuidadosamente encaixada no leito do rio. Acontece que a corrente deixou de ser fluxo para se retornar recurso. Antes havia imprevisibilidade, depois surgiu controle. O ritmo natural foi substituído por cadência regulada, calculada e útil. A água passou a obedecer a uma lógica exterior a si mesma. Uma lógica de produção, de eficiência, de necessidade humana. As plantas ribeirinhas adaptaram-se ao novo nível das águas e secaram lentamente. Morreram, como quem não compreende a razão da mudança. Outrora, as cascatas impunham-se como uma presença quase absoluta. A água desempenhava, em força, um gesto contínuo que parecia ignorar o tempo. Quem se aproximava não ficava indiferente. Havia uma espécie de irreverência

involuntária perante tamanha vitalidade. Tudo isto era contemplado por quem parava, por quem visitava, pelos turistas. Na base do diálogo, planeamento e estratégia, era importante transformar a Cascata da Misarela num produto turístico que deve ser aproveitado de forma global que insira passadiços e uma ligação em circuitos. Por que não, um circuito Douro Vinhateiro, Zona Ribeirinha da Folgosa e altitude Maçã de Montanha, Armamar Terra de Emoções. “Para que isto aconteça, na base do diálogo, é preciso assumir e dar respostas. Porquê? Porque hoje resta o silêncio. Não há um argumento, que se repete com força de uma evidência. Se há benefício económico, então há progresso, mas qual é o benefício ou retorno real deste processo? Será o retorno suficiente para que a nossa terra se veja privada do nosso ex-libris, como é a Cascata da Misarela? Quem ganha e quanto, realmente, com esta mini-hídrica? O turismo, certamente que não. Deixo estas questões para reflexão de todos em defesa do turismo e do desenvolvimento do concelho.” -----

Rubén Cunha, cumprimentou os presentes e fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

“Quero começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e as Senhoras Secretárias, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, os Senhores Membros da Assembleia Municipal, público geral e aqueles que nos acompanham através da transmissão online. -----

Quero congratular o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o seu executivo pelo trabalho desenvolvido em prol dos jovens armamarenses. -----

Antes de mais, gostaria de destacar a importância da prática desportiva enquanto instrumento de saúde pública. -----

O sedentarismo é hoje reconhecido como um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crónicas como a obesidade, as doenças cardiovasculares e os diabetes especialmente nos jovens em virtude da cada vez maior digitalização e tempos de lazer passados à frente de um ecrã em vez do ar livre. -----



A promoção do desporto é, por isso, uma política de prevenção que tem e está, acertadamente, a ser aplicada pelo executivo liderado pelo Sr. Presidente e em especial, pela Senhora Vereadora Sara. -----

Neste contexto, é de assinalar, a realização no nosso município de eventos desportivos de relevo: a final da Taça de Futsal Feminino, a fase final da Taça de Portugal de Ténis de Mesa e o Campeonato Nacional de Enduro. Estas iniciativas merecem ser destacadas por três razões: promovem a atividade física e combatem o sedentarismo; incentivam a prática de modalidades menos convencionais, expandindo horizontes sobre as várias possíveis modalidades a praticar; e, de forma muito especial, afirmam e valorizam o desporto feminino. -----

O nosso concelho apresentava em 2021, um índice de envelhecimento de 309,6, ou seja, existem mais de três idosos por cada jovem residente no concelho. Não é de hoje que conhecemos este problema, mas é de hoje, e deste executivo, que observamos de forma clara e inequívoca o seu confronto. Este confronto evidencia-se especialmente em três medidas: a assinatura do protocolo com a UTAD para a criação do curso de medicina; o projeto de regulamento Armamar + Família; e a dinamização de certames como a montra vínica. -----

Digo com conhecimento de causa, enquanto estudante deslocado: as dificuldades são reais. Do ponto de vista financeiro, os preços nos grandes centros são cada vez mais elevados, mais ainda quando equiparados a cidades como Vila Real, Covilhã ou Guarda. Mas o peso não é só económico, é também emocional. O afastamento da família e o desgaste das viagens frequentes: tudo isso tem um custo que nem sempre é visível e que pode ser atenuado por uma maior proximidade do núcleo familiar. -----

É exatamente por isso que medidas como a assinatura do protocolo com a UTAD para apoio à criação de um curso de Medicina ganham uma relevância estratégica enorme. Não se trata apenas de trazer formação superior, trata-se de contrariar ativamente a desertificação e promover a descentralização, de criar condições para que os jovens possam construir o seu

futuro aqui, e de reforçar a capacidade de resposta do município numa área, a saúde, onde as carências são conhecidas e persistentes não só aqui como a nível nacional. -----

Saúdo com particular entusiasmo o projeto de regulamento Armamar + Família. -----

Porque se o protocolo com a UTAD é uma aposta nos jovens que estudam, este regulamento é uma aposta nos jovens que querem constituir família, e que precisam de sentir que o seu município está ao seu lado nesse passo. -----

O incentivo financeiro previsto, que pode chegar aos 4.500 euros, não é apenas um apoio económico. É um sinal. É o município a dizer: a tua família importa, o teu filho tem lugar aqui.

Este tipo de apoio financeiro é a diferença efetiva entre um jovem que pensa construir família e pondera sair ou não do concelho tomar a decisão de cá ficar. -----

Por isso, mais do que um regulamento de incentivo à natalidade, o Armamar + Família é, na minha leitura, uma política de fixação. Uma resposta concreta àquele índice de envelhecimento.

Para concluir, a montra vínica, um evento que reúne gerações em torno do vinho e da cultura, dos mais novos até os mais velhos - ou os menos jovens. São eventos como este que dão valor a algo que nem sempre é ressaltado: o de mostrar que o nosso concelho tem vida, tem cultura, tem movimento. Que não é preciso ir a uma grande cidade para ter experiências de qualidade e que Armamar também as pode oferecer. -----

É, precisamente, esta combinação, apoios à família, aposta na saúde e na educação, dinamização cultural e económica, que constrói um território onde os jovens querem ficar. -----

Obrigado." -----

Luís Silva cumprimentou os presentes e o público que acompanhava a sessão pelos diversos meios de transmissão. Recordou uma intervenção efetuada numa anterior sessão da Assembleia Municipal sobre a possível assunção, pela Câmara Municipal, de despesas relacionadas com derrocadas, reposição de pavimentos e reconstrução de muros de suporte cuja responsabilidade, no seu entendimento, seria de particulares. ----

Referiu que, na sequência dessa intervenção, foi abordado por dois cidadãos que o



responsabilizaram pelo eventual não atendimento de pretensões particulares junto da Câmara Municipal. Esclareceu que assume integralmente as posições que defende e reiterou o entendimento de que responsabilidades privadas não devem ser suportadas por dinheiros públicos. Acrescentou que, caso a Câmara Municipal adote uma interpretação diferente, caberá à mesma assumir as consequências das suas decisões. ----

Relativamente a outro assunto, manifestou preocupação com o abate de árvores ocorrido no logradouro da Fundação, considerando lamentável a remoção de exemplares de grande porte e valor histórico e paisagístico para a vila de Armamar. Nesse contexto, questionou o Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de representante do município no conselho de administração da Fundação, sobre se teve oportunidade de se pronunciar sobre a situação e qual foi a posição assumida. -----

Por último, abordou as obras de repavimentação da Estrada Municipal 313, referindo-se à construção e posterior remoção de duas passadeiras elevadas junto à rotunda da Fonte Fria. Considerando que a medida poderia contribuir para a acalmia do tráfego e para a redução da sinistralidade naquele local, questionou o motivo da sua eliminação. Solicitou ainda esclarecimentos sobre alegações que lhe foram transmitidas relativamente à eventual pavimentação de áreas privadas, perguntando se a Câmara Municipal pode garantir que não foram nem serão intervencionados espaços que sejam inequivocamente propriedade privada. -----

Cláudia Damião cumprimentou os presentes e todos os que acompanhavam a sessão por via telemática. Começou por enaltecer a dinâmica cultural, desportiva, recreativa e educativa do concelho, felicitando o Agrupamento de Escolas, as Associações, Coletividades, a Associação de Pais, o Município e as Freguesias pelas diversas iniciativas promovidas. -----

Destacou ainda a presença de membros do Governo em vários eventos realizados no concelho, considerando que tal demonstra a capacidade do executivo municipal para



atrair decisores políticos e dar visibilidade às necessidades e potencialidades do território. Neste contexto, referiu a presença do Ministro da Agricultura na Montra Vínica e questionou se o executivo teve oportunidade de abordar junto do governante as principais preocupações dos agricultores do concelho, nomeadamente as dificuldades relacionadas com candidaturas a investimentos agrícolas sem dotação orçamental, as questões do regadio, os sistemas de proteção anti granizo, os seguros agrícolas e a valorização e escoamento da produção agrícola, em especial da maçã, da uva e do vinho. Relativamente à habitação, referiu que a dificuldade de acesso à mesma constitui um dos fatores que contribui para a saída de jovens do concelho. Considerou que este é um problema estrutural, que não pode ser imputado exclusivamente ao atual ou a anteriores executivos, mas que exige reflexão e medidas concretas. Recordou que a Estratégia Douro 2030 identifica a necessidade de fixar população e melhorar a qualidade de vida na região, destacando a importância da habitação nesse objetivo. -----

Referiu ainda que, segundo dados estatísticos do INE, existem no concelho cerca de mil edifícios habitacionais com necessidade de intervenção ligeira, que poderiam ser recuperados e destinados à habitação. Neste sentido, sugeriu que o executivo ponderasse a criação de medidas de incentivo à reabilitação de habitações devolutas, nomeadamente através da isenção de taxas de licenciamento, bem como a promoção de campanhas de sensibilização que incentivem à venda ou recuperação desses imóveis, contribuindo para aumentar a oferta habitacional disponível para os jovens e para a fixação de população no concelho. -----

Afonso Gouveia cumprimentou os presentes e esclareceu que nem o Presidente da Câmara Municipal nem os restantes elementos da direção da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso tiveram responsabilidade na decisão de abater árvores no espaço da instituição, assumindo integralmente essa responsabilidade. -----

Referiu que as árvores abatidas não eram centenárias, afirmando possuir documentação

e conhecimento direto da evolução daquele espaço ao longo dos anos. Explicou que a área teve anteriormente outras utilizações, foi pomar e vinha e que as árvores foram plantadas posteriormente, de forma não planeada. Acrescentou que, durante algum tempo, existiu acompanhamento na manutenção do arvoredor, por parte do município, mas que a falta de controlo posterior contribuiu para problemas relacionados com a segurança e utilização do espaço. -----

Destacou o seu percurso de várias décadas ligado à defesa e plantação de árvores no concelho, afirmando que a decisão lhe custou pessoalmente, mas que se tornou necessária para permitir a concretização de um projeto destinado à área da deficiência, que considerou de grande relevância social. -----

Justificou ainda o abate de algumas árvores por razões técnicas e de segurança, nomeadamente por estarem implantadas sobre o reservatório de gás, por provocarem danos em infraestruturas de combate a incêndios e em edifícios adjacentes, bem como por ocuparem o espaço previsto para novas valências associadas ao projeto em desenvolvimento. -----

Concluiu afirmando que as decisões tomadas tiveram por base razões objetivas e a prossecução de um interesse maior ligado à criação de melhores condições para os serviços e respostas sociais da instituição. -----

O presidente da Câmara Municipal, em resposta à intervenção de Mónica Araújo, manifestou total solidariedade para com os viticultores, considerando injustas e descontextualizadas as declarações de Rupert Symington. Informou que a CIM Douro já constituiu um grupo de trabalho para acompanhar esta matéria e garantiu que continuará a defender de forma intransigente os interesses dos viticultores e dos fruticultores do concelho. -----

Referiu que, apesar das especificidades distintas entre as zonas de viticultura e fruticultura do concelho, a posição do executivo é de defesa de ambos os setores.



Acrescentou que existe atualmente uma preocupação adicional relacionada com o seguro de colheitas dos fruticultores, estando o município a desenvolver contactos e medidas para acompanhar a situação. -----

Informou ainda que participaria, no dia seguinte, numa reunião em Lisboa com deputados da região, o Ministro da Presidência e o Presidente da Assembleia da República, integrando uma comitiva de presidentes de câmara do Douro Sul, com o objetivo de apresentar as principais problemáticas da viticultura e da fruticultura da região. -----

Sublinhou que a estratégia do executivo passa por defender os interesses do território junto dos centros de decisão política, privilegiando o diálogo institucional e o contacto direto com os responsáveis governamentais. Referiu que, nos primeiros meses de mandato, tem mantido uma relação próxima com membros do Governo e respetivos gabinetes, o que tem facilitado a exposição das preocupações do concelho e da região. Concluiu reafirmando o compromisso do executivo na defesa permanente dos viticultores e da região do Douro. -----

Em resposta à intervenção de Flávia Laranjeira, referiu que o executivo já está a preparar as medidas de prevenção para o período de maior risco de incêndios, salientando que esta será a primeira época de verão desde a tomada de posse. Informou que o município dispõe, através de um protocolo com o ICNF, de um trator equipado com capinadeira e triturador, atualmente em funcionamento, tendo ainda sido adquirido um braço mecânico, num investimento adicional de cerca de 50 mil euros, destinado aos trabalhos de limpeza e manutenção. -----

Acrescentou que as intervenções estão a ser planeadas de forma estratégica pelos serviços técnicos municipais, em articulação com o Gabinete de Proteção Civil da Câmara Municipal e com o Subcomandante Regional de Proteção Civil de Vila Real. -----

Relativamente às preocupações manifestadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de



São Cosmado sobre imóveis degradados e situações de risco, referiu que a Proteção Civil Municipal tem atuado de forma célere na identificação e notificação dos proprietários. Concordou que a responsabilidade pela conservação dos imóveis cabe aos respetivos proprietários, lamentando que, em muitos casos, os herdeiros ou proprietários se demitam dessa obrigação. -----

Por fim, reafirmou que o município continuará a agir na defesa da segurança pública através dos mecanismos legais disponíveis, mas sublinhou que não realizará obras em propriedades privadas nem assumirá responsabilidades que competem aos particulares. Disse que se penitencia pelo facto de na sessão anterior, ao agradecer o trabalho desenvolvido pelos presidentes de junta, não ter feito referência ao Presidente da Junta de Freguesia de São Cosmado, situação que atribuiu a um lapso. Destacou a colaboração prestada por este autarca, sublinhando que o importante é o trabalho realizado em benefício das populações, sem protagonismos. -----

Relativamente à casa onde nasceu o Dr. Francisco Gomes Teixeira, informou que, atualmente, não existe dotação orçamental para avançar com o projeto do Centro de Estudos Gomes Teixeira. Reconheceu, contudo, a pertinência da observação efetuada quanto ao estado de conservação do imóvel, considerando que o município deve dar o exemplo na manutenção do património que lhe pertence antes de exigir intervenções aos particulares. Referiu que será efetuada uma visita ao local para avaliação da situação. Voltando às questões de Flávia Laranjeira relacionadas com a prevenção de incêndios, reiterou que os equipamentos adquiridos pelo município já se encontram ao serviço e que a prioridade das intervenções passa pela proteção das casas habitadas, seguindo-se as casas devolutas e, posteriormente, as áreas agrícolas. -----

Sobre a instalação dos semáforos em Fontelo, informou que o equipamento já foi adquirido e que a sua colocação depende de procedimentos e autorizações da Infraestruturas de Portugal. Acrescentou que as infraestruturas necessárias tinham sido



deixadas preparadas pelo anterior executivo e que a instalação será concretizada, embora reconheça que esta medida não resolverá de forma definitiva o problema da circulação naquela localidade. -----

Relativamente à variante de Fontelo e à ligação à A24, informou que já foi lançado o procedimento para elaboração do projeto, prevendo que o mesmo esteja concluído nos próximos meses. Só após essa fase serão intensificados os contactos com o Governo e com o Ministro das Infraestruturas, com base em dados técnicos concretos. -----

Referiu ainda que existe um projeto anterior para a ligação, cujo custo atualizado rondará os 2,2 milhões de euros, enquanto a solução atualmente pretendida pelo executivo é mais abrangente, com um investimento estimado em cerca de 8,2 milhões de euros, ligando a zona do Padrão, em Aldeias, à entrada de Balteiro, junto à pedreira de Fontelo. Reafirmou o compromisso de concretizar esta ligação, reconhecendo, porém, que a sua execução dependerá do cumprimento de exigências técnicas da Infraestruturas de Portugal e, possivelmente, de apoio financeiro do Estado. -----

Concluiu salientando que a ligação à A24 constitui uma das principais prioridades do atual executivo, considerando-a fundamental para o desenvolvimento do concelho, sem prejuízo da importância atribuída aos setores da fruticultura e da viticultura. -----

Passando à intervenção de Joaquim Duarte, o Presidente da Câmara Municipal manifestou concordância com a proposta de valorização e proteção da tília existente junto ao Miradouro da Misarela, reconhecendo o seu valor paisagístico e patrimonial para o concelho. -----

Referiu que a árvore apresenta algumas patologias já identificadas pelos serviços técnicos municipais, salientando que qualquer intervenção será realizada com o devido enquadramento legal e em articulação com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). -----

A propósito da preservação do património arbóreo, recordou uma situação ocorrida



em Gogim relacionada com o corte de um carvalho, sublinhando que, embora seja defensor da proteção das árvores, existem circunstâncias em que a segurança das pessoas deve prevalecer. Referiu ainda a sua experiência, também, enquanto bombeiro voluntário, reafirmando que nenhuma árvore, espécie de fauna ou flora pode sobrepor-se à salvaguarda da vida humana. -----

Concluiu manifestando total disponibilidade para promover a preservação da tília e de outras árvores de especial relevância existentes no concelho, defendendo a sua identificação, valorização e proteção. -----

Em relação à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Folgosa, rejeitou a ideia de falta de ação relativamente à valorização da zona da Misarela, referindo que o assunto tem sido acompanhado de forma ativa pelo executivo municipal. -----

Informou que existe um projeto elaborado pelo anterior executivo para a criação de passadiços e valorização da área envolvente da Misarela, com um investimento estimado em cerca de 359 mil euros, tendo sido realizadas visitas ao local com técnicos, autarcas e cidadão interessado, no sentido de recolher contributos e avaliar possíveis melhorias ao projeto. Referiu ainda que subsistem algumas questões por esclarecer, nomeadamente relacionadas com a propriedade de determinados imóveis e eventuais necessidades de expropriação. -----

Relativamente à mini-hídrica, reconheceu a existência de preocupações e manifestou a sua posição pessoal, partilhada pelos restantes membros do executivo municipal, no sentido de que a infraestrutura não deveria existir nas atuais circunstâncias. Considerou que a exploração da mini-hídrica tem impacto na valorização paisagística da queda de água da Misarela, cuja preservação entende ser fundamental. -----

Informou que já abordou o assunto com a Presidente da Junta de Freguesia de Armamar e que o município está disponível para prestar apoio jurídico na análise das possibilidades legais existentes relativamente ao contrato associado à exploração da



mini-hídrica. Referiu ainda que, caso a legislação o permita, poderá ser equacionada uma forma de compensação à freguesia, tendo em conta as receitas atualmente associadas à infraestrutura, no caso de rescisão do contrato. -----

Por fim, salientou que, apesar de respeitar as decisões tomadas no passado relativamente à aprovação da obra, considera que o caudal atualmente existente não é suficiente para preservar plenamente a beleza natural da queda da Misarela. Reafirmou que o executivo está atento à situação e empenhado na valorização daquele património natural, que considera um dos ex-líbris do concelho. -----

Seguidamente, agradeceu a intervenção de Ruben Cunha e referiu que as políticas do executivo estão orientadas para toda a população, com especial enfoque na fixação de jovens no concelho, através de medidas de apoio à natalidade e de promoção do acesso à habitação. -----

Destacou também a importância da atividade física e do combate ao sedentarismo, salientando a colaboração existente com o Armamar Futsal Clube e com diversas associações culturais e desportivas do concelho na promoção de iniciativas dirigidas à população. -----

Informou que o campo de Pádel, cuja obra foi concluída no anterior mandato, será inaugurado brevemente, esclarecendo que a sua entrada em funcionamento depende da obtenção dos pareceres necessários e autorizações externas, de forma a garantir as condições de segurança e legalidade para a prática desportiva. -----

Referiu ainda que a Montra Vínica constituiu um sucesso, resultado do trabalho desenvolvido pelo executivo municipal em articulação com diversos parceiros. Destacou o empenho dos vereadores Sara Gouveia e Luís Rodrigues na organização e acompanhamento de diferentes iniciativas, sublinhando o espírito de cooperação existente no executivo. -----

Concluiu afirmando que o objetivo do executivo é continuar a trabalhar em prol do



desenvolvimento do concelho, valorizando o legado recebido e respeitando o trabalho realizado em anteriores mandatos, procurando sempre fazer mais e melhor em benefício da população. -----

Em resposta à intervenção de Luís Silva, reafirmou que o executivo mantém o princípio de não realizar obras em propriedades privadas, concordando com a posição anteriormente expressa pelo deputado municipal. No entanto, esclareceu que existem situações excepcionais em que o município pode ter de intervir para garantir a segurança, a acessibilidade ou a resolução de problemas urgentes, ficando os respetivos proprietários sujeitos à responsabilização legal e financeira. -----

Referiu que, na sequência dos fenómenos meteorológicos ocorridos, o município teve de intervir em diversas situações, incluindo a remoção de derrocadas e a limpeza de áreas privadas, de forma a restabelecer acessos e permitir a utilização de terrenos agrícolas, salientando que estas intervenções tiveram como objetivo salvaguardar o interesse público e a segurança das populações. -----

Relativamente ao abate de árvores no espaço da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso, considerou que os esclarecimentos prestados por Afonso Gouveia foram suficientemente elucidativos. Acrescentou que apenas integrou o conselho de administração da Fundação em fevereiro do corrente ano, pelo que a decisão remonta a um período anterior. Manifestou, ainda assim, a sua posição favorável à preservação do património arbóreo, recordando iniciativas recentes de plantação de árvores promovidas pelo município, em São Domingos, pelos alunos do Agrupamento de Escolas, a propósito do Dia da Árvore. -----

Informou também que está prevista a implementação de estacionamento pago em Armamar, considerando necessário criar alternativas de estacionamento gratuito para residentes e visitantes. Neste contexto, referiu que o espaço da Fundação continuará a disponibilizar lugares de estacionamento gratuitos, estando igualmente prevista a

plantação de novas árvores para melhorar as condições daquele local. -----

Quanto às passadeiras elevadas instaladas, na zona da Fonte Fria, em Travanca, assumiu que a solução inicialmente adotada revelou-se excessiva, motivo pelo qual foi substituída. Informou que o município adquiriu dezasseis lombas redutoras de velocidade em borracha, que serão instaladas em diversos pontos considerados críticos do concelho, em articulação com a Infraestruturas de Portugal e com as juntas de freguesia interessadas. -----

Por fim, relativamente às alegações de eventual pavimentação de áreas privadas no âmbito das obras de requalificação viária em curso, rejeitou essa possibilidade, esclarecendo que os trabalhos executados correspondem ao projeto aprovado pelo anterior executivo municipal e que qualquer interessado pode consultar a respetiva documentação nos serviços municipais. Garantiu que o município não realizará pavimentações em terrenos privados, sem prejuízo de os proprietários poderem, se assim entenderem, contratar diretamente trabalhos complementares junto das empresas que se encontrem a operar no local. -----

Quanto à intervenção de Cláudia Damião, referiu que tem mantido contactos institucionais regulares com diversos membros do Governo, privilegiando os canais formais para apresentar as necessidades e reivindicações do concelho. Destacou a colaboração existente com o Ministério da Agricultura e o empenho do executivo no acompanhamento dos problemas que afetam os fruticultores, nomeadamente no que respeita aos seguros agrícolas. -----

Relativamente à habitação, informou que o município está a desenvolver várias iniciativas para aumentar a oferta habitacional, incluindo a aquisição de terrenos destinados à criação de novos loteamentos e a valorização de áreas já disponíveis para construção. Referiu ainda que existem contactos de entidades privadas interessadas na aquisição e recuperação de imóveis devolutos no concelho, designadamente o edifício situado na



zona das Moses, com capacidade para trinta e oito apartamentos. Acrescentou que o município está também a diligenciar no sentido de recuperar para a esfera municipal o terreno envolvente ao novo Centro de Saúde, procurando simultaneamente não condicionar eventuais investimentos privados na área da habitação. -----

A propósito da intervenção de Afonso Gouveia, manifestou compreensão pela decisão de abater árvores no espaço da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso, considerando que a mesma foi tomada em função de um interesse maior associado à concretização de respostas sociais relevantes, embora reafirmando a sua defesa da preservação do património arbóreo sempre que possível. -----

Por outro lado, deu conhecimento da visita realizada ao concelho pelo Ministro da Presidência, António Leitão Amaro, na sequência de um convite efetuado pelo respetivo gabinete. Informou que a visita incluiu uma deslocação ao Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira, onde foram abordadas questões relacionadas com a requalificação da escola e com a candidatura a financiamento através do Banco Europeu de Investimento, na sequência da ausência de dotação no âmbito do PRR. Referiu que a candidatura deverá ser submetida até ao final do mês de junho e que o processo incluirá diversas fases de auditoria e acompanhamento. -----

Informou ainda que a comitiva visitou a empresa FTD – Fumeiros Terras do Demo, destacando a sua importância enquanto maior empregador do concelho. Acrescentou que, a pedido do Ministro da Presidência, foi promovido um jantar de trabalho em Tabuaço, com a participação de representantes de diversas entidades dos dois municípios, incluindo autarcas, educação, ação social, proteção civil, agricultura, fruticultura e vitivinicultura e setor empresarial, com o objetivo de dar a conhecer as principais necessidades e desafios do território. -----

Luís Silva esclareceu que, ao longo do mandato, pretende que as questões colocadas ao senhor presidente não sejam interpretadas como acusações, mas sim como pedidos



de esclarecimento. Referiu que, na sua intervenção anterior, não acusou o Presidente da Câmara de realizar investimentos em propriedades privadas, tendo apenas colocado questões sobre determinadas situações. -----

Salientou que nunca colocou em causa as intervenções efetuadas pelo município para desimpedimento de vias, remoção de obstáculos ou reposição de acessos, considerando que essas ações são necessárias para garantir a segurança das populações e a acessibilidade aos terrenos. Acrescentou que, caso existam custos associados a responsabilidades de particulares, estes deverão ser devidamente imputados. -----

Relativamente ao abate de árvores no espaço da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso, esclareceu que não afirmou que as árvores fossem centenárias nem condenou a intervenção realizada. Explicou que a sua intenção foi proporcionar uma oportunidade para que os responsáveis pudessem esclarecer publicamente as razões que motivaram a decisão, considerando que a prestação de esclarecimentos contribui para evitar interpretações erradas e dissipar polémicas. -----

Por último, relativamente às passadeiras elevadas e às medidas de acalmia de tráfego, referiu concordar com a adoção de soluções desse tipo, considerando-as eficazes na redução da velocidade e na melhoria da segurança rodoviária, sublinhando a sua experiência positiva com este tipo de infraestruturas. -----

Joaquim Duarte esclareceu que, nas suas intervenções, se tem mantido claro e objetivo, referindo que não abordou a situação das árvores da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso, por não ser esse o tema em causa. Explicou que a sua intervenção se centrou na aplicação do Regulamento Municipal do Arvoredo, recentemente aprovado, e na necessidade de valorização e proteção da tília centenária e de outras árvores de interesse municipal existentes no concelho, nomeadamente castanheiros e carvalhos. ----

Acrescentou que não pretende pôr em causa o papel desempenhado por Afonso Gouveia, reconhecendo a sua missão na área ambiental e o contributo que tem dado ao



concelho nesta matéria. -----

O **presidente da Câmara Municipal** convidou Luís Silva a realizar, antes da próxima sessão da Assembleia Municipal, uma reunião de preparação entre ambos, com o objetivo de clarificar e alinhar pontos de vista sobre as matérias em discussão. -----

Relativamente à intervenção de Joaquim Duarte, referiu ter interpretado as suas palavras nos termos agora esclarecidos pelo próprio, considerando assim devidamente esclarecida a sua posição. -----

INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

O **cidadão Luís Miguel Silva Bernardo**, cumprimentou os presentes e fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

“Na última Assembleia Municipal, tive a oportunidade de apresentar um projeto de interesse para o nosso concelho. -----

Na ocasião, manifestei total disponibilidade para a realização de uma visita ao local, de forma a permitir uma análise mais concreta e detalhada do projeto no terreno. -----

Nesse sentido, ficou agendada com o Sr. Presidente da Câmara a deslocação ao local, que se realizou na sexta-feira, dia 17 de abril. -----

Estiveram presentes o Sr. Presidente da Câmara, a Sr.ª Vereadora, Gabinete técnico da autarquia (engenheiro e arquiteto), a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Armamar e um representante da Proteção Civil. -----

Importa referir que, antes da visita, me foi apresentado um projeto já desenvolvido pela autarquia. Embora distinto na sua conceção, evidencia claramente o interesse e o elevado potencial daquela zona. -----

Com esta iniciativa, procurei partilhar uma visão e contribuir de forma construtiva, tornando este projeto público e acessível a todos os armamarenses. -----

Destaco ainda a atenção e abertura demonstradas pelo Sr. Presidente da Câmara, no nosso primeiro contacto pessoal, evidenciando atitude, dinamismo e vontade de fazer mais e melhor

pelo nosso concelho. -----

Se este ou outros projetos vierem a concretizar-se, será, sem dúvida, a nossa comunidade a principal beneficiada. -----

A Proteção Civil de Armamar recebeu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na sequência dos impactos provocados pela tempestade Kristin, ocorrida no mês de janeiro do corrente ano. Tal reconhecimento foi manifestado pelos presidentes de junta e deputados municipais durante a Assembleia Municipal. -----

Na referida ocasião, alguns intervenientes assinalaram que, no futuro, seria importante melhorar a atuação perante situações semelhantes. Contudo, não ficou claramente explicitado de que forma concreta se deveria proceder para alcançar essa melhoria. -----

Importa recordar que a Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal. Nos termos do seu artigo 2.º, no n.º 1 - São objetivos fundamentais da proteção civil municipal: -----

a) Prevenir, no território municipal, os riscos coletivos e a ocorrência de acidentes graves ou catástrofes deles resultantes. -----

No n.º 2 - A atividade de proteção civil municipal exerce-se, designadamente, nos seguintes domínios: -----

a) Levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos do município. -----

Neste contexto, importa chamar a atenção para uma situação concreta existente na rua da Lampaça que se inicia no lado oposto ao restaurante Mira Douro e até casa dos meus pais. Os muros situados na parte superior dessa rua apresentam sinais visíveis de instabilidade, evidenciados pelas deformações (“barrigas”) em vários pontos, encontrando-se também bastante inclinados, com imensa vegetação de Eras e Silvados que atingem a Rua. Esta situação representa um risco de derrocada a qualquer momento, bem como o terreno com mato que é necessário ser limpo, para evitar possível incêndio. -----

Dado que esta rua é utilizada tanto por residentes como para o acesso a terrenos agrícolas,



sendo ainda percorrida por dezenas de atletas durante eventos como o Trail da Maçã e a recente prova de enduro, a eventual queda de partes dos muros poderá provocar um desmoronamento sobre a via, podendo mesmo resultar numa situação trágica. -----

No meu entendimento, é precisamente neste tipo de situações que se torna essencial atuar ao nível da prevenção, avaliação e levantamento de riscos, através da realização de vistorias de segurança e da análise das vulnerabilidades existentes. Nesse âmbito, deverá igualmente ser exercido o dever de fiscalização pelas entidades competentes, procedendo-se, quando necessário, à notificação dos proprietários responsáveis pelos muros ou estruturas que representem risco. -----

Assim, quando se questiona o que poderá ser feito para melhorar no futuro, considero que uma das medidas fundamentais passa por uma maior identificação destas situações por parte das autarquias, prevenindo riscos para a segurança pública. -----

Também na referida assembleia foi manifestada por um dos intervenientes a preocupação com a ribeira de Temilobos, cujo leito se encontra obstruído em alguns pontos, por troncos, ramos, silvados, e lixo, comprometendo o escoamento da água e aumentando o risco de inundações, entendendo que se estava a referir povoação de S. Joaninho. -----

Perante este cenário foi referido, tornar-se essencial que os proprietários dos terrenos assumam a sua responsabilidade, procedendo à limpeza das margens, de forma a evitar a exposição de habitações e terrenos a situações de perigo. -----

Mas o mais chocante veio depois. -----

Na sexta-feira, dia 17 de abril, durante a visita ao local do projeto da Cascata da Misarela, ficou exposta uma realidade ainda mais grave. Na zona da mini-hídrica, o caudal total da ribeira de Temilobos é simplesmente engolido. -----

No dia seguinte, regressei ao local, preparado para registar o que ali acontece, equipado com vestuário e calçado adequados para entrar no interior. O que encontrei é revoltante: grandes troncos partidos, podres, acumulações de lama, lixo e ramos de dimensões absurdas, um



bloqueio completo, parece uma savana. A montante da mini-hídrica, a ribeira segue o seu curso normal, como seria esperado. Já a jusante da intervenção, reina o caos. -----

Perante este cenário inaceitável, é urgente apontar responsabilidades, não basta levantar dúvidas. Serão os proprietários dos terrenos das margens da ribeira, totalmente alheios à mini-hídrica, a arcar com a limpeza e a remoção dos troncos partidos, podres, acumulações de terras e lixo? Ou caberá essa responsabilidade à empresa concessionária da mini-hídrica, que não assegura o escoamento do caudal e permite este bloqueio. Será ainda da responsabilidade da câmara municipal, por se ter demitido no âmbito do dever legal de fiscalização e manutenção das ribeiras? Ou, por sua vez, da junta de freguesia, por não ter salvaguardado devidamente o interesse público aquando da celebração do contrato? -----

E alguém terá de responder por isso. -----

Apenas uma nota pessoal, vejam uma pequena reportagem realizada pela SIC, bem próximo de nós, O município de Alijó, inaugurou os passadiços da Ribeira de São Mamede de Ribatua. --

Oçam o que diz o Presidente da Camara, a Vereadora, os Populares... -----

Embora alguns rotulem os passadiços como uma “pirosada” ou apenas mais uma moda passageira, essa visão é redutora e ignora o seu verdadeiro valor. -----

Cada vez mais pessoas procuram caminhadas em espaços naturais, não exigem preparação técnica, os benefícios são claros: ajudam a prevenir doenças, melhoram a condição física e promovem o equilíbrio mental. -----

Não é uma moda... os passadiços, caminhos, trilhos, não são uma solução universal: são apenas uma entre várias formas de promover qualidade de vida. -----

Fica a sensação de que existe resistência, por parte de alguns responsáveis autárquicos, em aceitar opiniões de outras vertentes, como se fossem os únicos detentores da verdade e da sabedoria.” -----

Maria Isménia Gomes Proença da Silva Vieira, fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----



“Ex.mo, Senhor Presidente da assembleia Municipal de Armamar, Maria Isménia Gomes Proença da Silva Vieira, natural de São Cosmado e residente em Armamar, vem muito respeitosamente expor, à consideração dessa Assembleia, a que V. Ex.ª preside o seguinte: -----

A história é feita com vidas e “Armamar Vidas que fizeram História” que, no seu conjunto formam um espólio que devemos preservar e transmitir. -----

Não é muito comum dar-se atenção aos mais simples, por isso valorizamos poetas, cientistas, pessoas que deixaram fortunas, etc, etc ... e, esquecemo-nos muitas vezes daqueles que com o seu labor e trabalho valorizaram e desenvolveram o nosso concelho. -----

Falo mais precisamente de Daniel da Silva Rai, natural de São Cosmado e, que deu a sua vida em troco de um sonho – “ligar de camioneta Viseu com a Régua, passando por São Cosmado, logo por Armamar”. -----

Tratava-se de uma pessoa humilde, vinda de uma família sem nome sonante, e, por isso, ficou no esquecimento, como certamente muitos outros. -----

Não escreveu nenhum livro, não lavrou nenhum tratado científico, não legou a ninguém específico a sua fortuna, mas valorizou de forma muito pertinente o nosso concelho e a nossa região, contribuindo para a comunicação desta com outras regiões vizinhas e, não só, retirando-o assim do isolamento tão comum a regiões do interior. -----

Para quem não saiba, este senhor que por acaso é meu tio – razão que me tem impedido de demonstrar este meu pensamento – fundou a “Empresa de Viação Beira Douro, Lda.” nome em fase final, mas que inicialmente se chamava “Daniel da Silva Gomes e herdeiros” sendo que, na sua época, foi um dos maiores empresários locais. -----

As camionetas não eram compradas como hoje, mas sim, construídas em São Cosmado. Vinham as peças, e os chapeiros, mecânicos, pintores e demais artistas encarregavam-se de as construir permanecendo em casa de seus pais em simultâneo. Foi por isso um empreendimento de família. Soube por um funcionário ainda vivo que até se produzia em São Cosmado o combustível que as conduzia. O Gasogénio. Pelo descrito não foi um feito qualquer, foi um feito

de relevo com elevada repercussão futura. -----

Foi pena que a vida tivesse sido funesta para o senhor Daniela que mal teve tempo de ver concretizado o sonho, já que morreu passado pouco tempo após a inauguração da primeira travessia, não tendo sequer podido descer à rua e abraçar o seu biju. -----

Existem em São Cosmado – “a rua dos gatos, a rua da Candeeira”, as “Courelas”, e muitos outros nomes sugestivos, mas que, não sei muito bem o que representam... -----

Outros nomes poderíamos aqui invocar já que, de figuras públicas e, com prestígio, fazem de São Cosmado número um do concelho e, não sei senão, também das regiões mais próximas. Ouçam para tal o seu hino – terra de sábios e poetas... teu nome passou além-fronteiras, dando-te honras, glórias imortais. -----

Peço desculpa por este meu desabafo, mas penso, que é obrigação nossa legar aos nossos herdeiros, no mínimo a nossa história. Prezo muito a figura deste meu tio que infelizmente não conheci, mas do que lhe ouço referir, tenho de concluir que, com a sua morte prematura, o nosso concelho ficou mais pobre, porque se a morte não lhe tem roubado a vida tão cedo, estou certa de que teria contribuído muito mais, para um desenvolvimento efetivo do nosso concelho, atitude que não reconheço a outros tão referendados e recordados. Tenho dito.” -----

O presidente da Câmara Municipal, em resposta à intervenção de Luís Bernardo, referiu que as preocupações apresentadas não ficaram resolvidas no momento da visita, tendo sido mobilizada uma equipa técnica, incluindo arquiteto, engenheiro, vereadora, presidente de junta e outros elementos, e o senhor Luís Bernardo que além da sua pretensão foi um bom guia no local e conhecedor do território. -----

Acrescentou que foram igualmente transmitidas as preocupações do executivo relativamente ao território, apelando a que se ultrapassem abordagens anteriores e se foque o trabalho na resolução dos problemas atuais. No que respeita à mini-hídrica na zona da Misarela, referiu que o município está a analisar a situação, considerando que o valor atualmente associado ao contrato é reduzido face ao impacto na paisagem e na

valorização do espaço natural, nomeadamente na ausência de caudal adequado na cascata. Sublinhou, contudo, que o objetivo não é reavaliar o passado contratual, mas encontrar soluções futuras que possam melhorar a situação, eventualmente com outros benefícios. -----

Relativamente à limpeza de rios e linhas de água, informou que já foram estabelecidos contactos com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), embora reconheça constrangimentos legais que limitam intervenções diretas imediatas, ainda que estas sejam consideradas necessárias em termos operacionais e de segurança. -----

Referiu ainda que estas preocupações foram transmitidas ao Ministro da Presidência, tendo sido abordadas questões relacionadas com condicionamentos legais e ambientais em intervenções semelhantes noutras situações da região. Mencionou também limitações impostas em zonas classificadas como de risco máximo de incêndio, que condicionam a circulação e intervenção na zona da Misarela. -----

No que respeita a projetos financiados, referiu exemplos como os Passadiços da Misarela, o Miradouro do Marmelal, o Centro de Estudos Gomes Teixeira e o Centro Interpretativo da Maçã, destacando dificuldades na execução de candidaturas e na falta de empreiteiros disponíveis para determinados valores de obra, o que tem levado ao desinteresse em concursos públicos. -----

Concluiu afirmando a disponibilidade do executivo para acompanhar as situações no terreno, em articulação com os serviços de proteção civil, nomeadamente através de levantamentos técnicos e avaliação de situações de risco. -----

Em relação à intervenção de Isménia Proença, o presidente da Câmara Municipal agradeceu as palavras proferidas e a disponibilidade demonstrada para colaborar na área da cultura, bem como o trabalho desenvolvido em prol da educação no concelho. -----

Relativamente à toponímia, referiu que existem designações de ruas que poderão não fazer atualmente sentido, sendo intenção do executivo valorizar a memória de



personalidades que tenham deixado legado no concelho, incluindo a possibilidade de homenagens em vida. Salientou a importância de envolver as freguesias, a assembleia municipal e as forças vivas locais na apresentação de propostas de alteração ou atribuição de topónimos, defendendo que estas iniciativas devem partir da comunidade.-

Mencionou a proposta do Grupo Novo Rumo relativa à homenagem ao cineasta José Canijo, com ligação à freguesia de Aldeias, considerando que este tipo de reconhecimento pode ser realizado na respetiva freguesia de origem ou ligação. -----

Reforçou que o executivo municipal está disponível para acolher e analisar propostas apresentadas pelas freguesias e pelos cidadãos, sublinhando que a definição de toponímia deve resultar de um processo participado e consensual. Convidou, por isso, os presidentes de junta a promoverem iniciativas nesta matéria, em articulação com a Câmara Municipal, garantindo a abertura do executivo para apoiar essas decisões.

Intervalo -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal reiniciou os trabalhos às doze horas e trinta e oito minutos. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Relatório de execução - Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação 2025 (cuja cópia passou a constituir o anexo I à ata) -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

Presidente da junta de freguesia de Folgosa, Augusto Azevedo, referiu que mais do que apreciar o documento apresentado que tem toda a lógica e está bem estruturado, é necessário que seja cumprido e aplicado no dia-a-dia. Isto porque a igualdade de género também se aplica em todas as suas formas e representação, entre elas, a participação das mulheres na vida política, concretamente, a sua representação nas mesas de voto. Esta observação prende-se com o facto de aquando das eleições presidenciais, nos dois atos eleitorais, as mesas de voto na sua freguesia terem sido



constituídas, exclusivamente, por homens. Do primeiro para o segundo ato eleitoral houve a desistência de uma mulher e o senhor presidente optou por colocar um homem em sua substituição. Está certo que o senhor presidente vai ter em conta esta situação de melhoria e de atenção pois ao nível da igualdade “cabe-nos” dar os exemplos e manter este índice de participação e defesa de igualdade em relação às mulheres. -----

O **presidente da Câmara Municipal** agradeceu o contributo do Presidente da Junta de Freguesia e em relação à constituição das mesas de voto, referiu que tem sido cada vez mais difícil encontrar cidadãos disponíveis para integrar as mesas eleitorais, devido à reduzida adesão e a dificuldades práticas associadas. -----

Explicou que, embora exista previsão legal de dispensa ao trabalho no dia seguinte ao ato eleitoral e compensação pelo desempenho destas funções, na prática surgem constrangimentos, sobretudo no setor privado, onde nem sempre as entidades patronais aceitam com facilidade essas ausências, apesar de legalmente estarem obrigadas a fazê-lo. Considerou que o enquadramento deveria ser mais claro e eficaz. ---

Relatório execução anual - Radar Social 2025 (cuja cópia passou a constituir o anexo II à ata) -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Apreciação da informação escrita, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira (cuja cópia passou a constituir o anexo III à ata) -----

O **presidente da Câmara Municipal** referiu que os serviços municipais estão a trabalhar no sentido de tornar a informação periódica remetida à Assembleia Municipal mais objetiva e orientada para dados quantitativos, de forma a facilitar a análise e acompanhamento da atividade do município. Destacou o desempenho dos colaboradores da autarquia, sublinhando a sua qualidade e importância no funcionamento da administração local, reafirmando o seu compromisso na defesa do



trabalho desenvolvido. -----

Acrescentou que o executivo tem procurado resolver situações pendentes e ir ao encontro das preocupações identificadas, valorizando também a melhoria contínua dos serviços prestados. -----

Informou ainda que se encontra em fase de preparação a assinatura de um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), com o objetivo de melhorar as condições dos trabalhadores municipais. Referiu que o acordo prevê, entre outras medidas, o aumento de dias de férias, a atribuição de um dia no aniversário do trabalhador, um dia associado às festas da freguesia e a possibilidade de concessão de até três dias de dispensa por falecimento de familiares não diretos, no âmbito de situações de luto. -----

Concluiu referindo que o município pretende valorizar os seus trabalhadores através de melhores condições laborais, destacando a relevância destas medidas no contexto da administração pública local. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Ata da sessão extraordinária de 12 de janeiro de 2026 -----

O presidente da Câmara Municipal, no seguimento da aprovação da ata da sessão extraordinária relativa à eleição do Presidente da CCDR-N, desejou as maiores felicidades ao novo Presidente, Álvaro Santos. -----

Referiu ainda que teve oportunidade de reunir com ele, em tempo útil, no âmbito de um encontro com um promotor/investidor associado a um projeto de grande relevância para o concelho, o qual prevê a criação direta de cerca de 120 postos de trabalho. Informou que, na sequência desse investimento, foi igualmente realizada uma reunião com o Ministro da Economia e Coesão Territorial, com enfoque no referido projeto, que considerou de grande importância para o desenvolvimento da freguesia envolvida e do concelho em geral. -----

Sublinhou que a estratégia do executivo passa por potenciar o investimento e a melhoria



das infraestruturas, tendo sempre como prioridade a população, seguindo-se o apoio aos promotores privados, com o objetivo de promover a qualidade de vida dos munícipes. -----

Destacou a disponibilidade demonstrada pelo Presidente da CCDR-N para colaborar com o município, referindo a existência de uma relação institucional positiva e promissora. Mencionou ainda que o Plano Diretor Municipal (PDM) será brevemente submetido a discussão pública, considerando esta parceria relevante para o desenvolvimento futuro do concelho. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na referida sessão.-

Ata da reunião de 27 de fevereiro de 2026 -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na referida sessão.-

Processo 2595/2025. Armamar + Família – Projeto de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade e Adoção Municipal -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais -----

Na reunião do órgão executivo colegial realizada no dia 19 de dezembro de 2025, foi deliberado aprovar o início do procedimento de elaboração do Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade e Adoção. -----

À luz do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, no dia 24 de dezembro de 2025, foi publicitado o início do período para a constituição de interessados/as. -----

Terminado o prazo fixado (10 dias úteis) para a constituição de interessados, não se obteve qualquer contributo para a finalidade prevista. -----

Tendo em conta o artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo, foi elaborado pelos



serviços o projeto de regulamento, o qual foi submetido a consulta pública, por deliberação do órgão executivo na reunião de 6 de março de 2026. -----

O Projeto do Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade e Adoção foi publicitado na 2.ª série do Diário da República e na internet, no sítio institucional do Município, no dia 19 de março de 2026, para recolha de sugestões. -----

Decorridos os 30 dias do período de consulta pública, obteve-se somente 1 pronúncia (em anexo). -----

Apesar do contributo apresentado em sede de consulta pública, no sentido de o Regulamento produzir efeitos a partir do início do mandato eleitoral, o parecer técnico é de não acolher essa sugestão. Com efeito, a definição da produção de efeitos de um regulamento municipal deve obedecer a critérios de natureza administrativa, financeira e de previsibilidade orçamental, e não a ciclos de natureza política. A entrada em vigor a 1 de janeiro de 2026 permite assegurar o adequado enquadramento no exercício orçamental correspondente, garantindo a existência de dotação financeira devidamente prevista, bem como a equidade e transparência na aplicação das medidas. Acresce que esta solução promove a estabilidade e coerência na execução das políticas públicas municipais, evitando a sua associação a momentos conjunturais, designadamente de índole eleitoral. Nestes termos, considera-se mais adequado que o Regulamento produza efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026, conforme previsto no respetivo Projeto. -----

Justifica-se que a data da apresentação da presente proposta se prende com o facto de que o prazo para consulta pública apenas terminou no dia 17 de abril de 2026, pelo que os serviços não quiserem comprometer a submissão do Regulamento à próxima reunião do órgão deliberativo, que terá lugar até ao final do presente mês. -----

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/912 de 20 de abril de 2026. -----

Resolução -----

Cabe à Câmara Municipal: -----



1. Apreciar e deliberar sobre a pretensão de considerar no Projeto de Regulamento o contributo apresentado em anexo; -----

2. De acordo com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I da Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro, deliberar, submeter à aprovação do órgão deliberativo o Projeto de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade e Adoção. -----

Face ao exposto, a Câmara Municipal, na reunião de 21 de abril de 2026, aprovou, por unanimidade, desconsiderar o contributo apresentado em anexo e submeter o Projeto de Regulamento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.” -----

O **presidente da Câmara Municipal** referiu que a atuação do executivo se pauta pelo cumprimento dos compromissos assumidos em campanha, sublinhando uma lógica de execução gradual e de melhoria contínua das políticas municipais. Acrescentou que o executivo procura adotar e adaptar boas práticas de outros municípios, com o objetivo de implementar soluções ajustadas à realidade do concelho. -----

No que respeita ao apoio ao comércio local, esclareceu que o executivo tem vindo a desenvolver iniciativas nesse sentido, referindo como exemplo a Prova Nacional de Enduro, que representou um custo municipal de cerca de 25.000 euros, mas que teve impacto positivo na economia local, nomeadamente na restauração e no alojamento, tendo reunido cerca de 210 pilotos e aproximadamente 700 pessoas, com familiares, acompanhantes e equipas técnicas. Considerou tratar-se de um evento a manter, enquanto instrumento de dinamização económica indireta, sem substituição da iniciativa privada. -----

Relativamente ao Regulamento de apoio à natalidade, explicou que o mesmo prevê medidas de incentivo às famílias, incluindo a possibilidade de aquisição de bens de primeira necessidade para bebés fora do concelho no primeiro ano de vida, mediante apresentação de fatura, nos casos em que tais bens não estejam disponíveis localmente.



Esclareceu que, no entanto, os restantes bens deverão ser adquiridos no comércio do concelho. -----

Referiu que o regulamento esteve em consulta pública, tendo sido apresentado um contributo propondo que o apoio tivesse início na data da tomada de posse do executivo. Informou que, após análise em reunião de Câmara e com base no parecer dos serviços, foi decidido que o regulamento entrará em vigor com um período de referência a partir de 1 de janeiro de 2026, considerando-se a necessidade de um “ano zero” para a sua implementação. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

O presidente da Junta de Freguesia de Folgosa, Augusto Azevedo, congratulou-se com a medida integrada no projeto de incentivo à natalidade, felicitando o executivo pela sua implementação. Destacou que o regulamento obriga a que a despesa seja realizada no comércio local, sublinhando a concordância com esta iniciativa, igualmente defendida pelo Grupo Novo Rumo, considerando que existe sintonia nesta matéria. -----

Sugeriu ainda que a prática de atribuição de vouchers, sempre que possível, possa ser alargada a outras áreas de intervenção social, nomeadamente ao apoio a idosos durante a quadra natalícia, entendendo que tal medida contribuiria igualmente para a dinamização do comércio local e para o reforço das políticas sociais do município. -----

O presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Folgosa, referindo existir sintonia em diversos pontos, embora reconhecendo também divergências pontuais, considerando que o Regulamento em causa trará benefícios para o concelho de Armamar. -----

Relativamente ao apoio aos idosos, referiu que a matéria já foi discutida em reunião de executivo, nomeadamente no que respeita às iniciativas de Natal. Salientou a importância de encontrar soluções equilibradas e justas, tendo em conta a diversidade



de situações sociais existentes, referindo que alguns idosos valorizam particularmente o convívio e a participação em iniciativas coletivas, enquanto outros poderão necessitar de apoio material mais significativo. -----

Acrescentou que os serviços municipais estão a trabalhar no sentido de assegurar equidade na atribuição de apoios, equacionando a realização de iniciativas de convívio abrangentes a todas as freguesias, complementadas com a atribuição de cabazes ou vouchers de apoio ao comércio local, com o objetivo de garantir uma resposta mais inclusiva a toda a população idosa do concelho. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

Processo 775/2026. Junta de freguesia de Queimada - Execução de competências próprias no ano de 2026 - Pedido de apoio financeiro -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais -----

A Junta de Freguesia de Queimada solicitou a atribuição de um apoio financeiro no montante de 10.700,00 € (dez mil e setecentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor (6%), destinados à execução da empreitada de “Requalificação do Largo da Igreja, levantamento e reposição do pavimento em calçada”, encontrando-se o respetivo orçamento em anexo à presente proposta; -----

As intervenções a realizar enquadram-se no exercício das competências próprias da Freguesia, nos termos da alínea ff) do n.º 1 do artigo 16.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

Não obstante se encontrar em curso o procedimento de elaboração do Regulamento de Concessão de Apoio à Execução de Competências das Juntas de Freguesia, importa assegurar a concretização da intervenção em causa; -----

Devendo a Junta de Freguesia de Queimada apresentar ao Município os autos de medição da obra, os respetivos comprovativos de pagamento, bem como o auto de receção provisória, sob



pena de devolução das verbas atribuídas; -----

A atribuição do apoio deverá ter em consideração que, em sessão de Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2025, foi aprovado, por unanimidade, um apoio financeiro no montante de 7.996,00€, a deduzir na verba a atribuir no ano de 2026. -----

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/893 de 16 de abril de 2026. -----

Resolução -----

É proposto que o órgão executivo delibere: -----

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º I do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, apresente proposta de resolução e respetivos anexos, para os efeitos previstos na alínea j) do n.º I do artigo 25.º do mesmo diploma legal. -----

Face ao exposto, a Câmara Municipal, na reunião de 21 de abril de 2026, aprovou, por unanimidade, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta de atribuição de 10.700,00 € (dez mil e setecentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor (6%).” -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, atribuir apoio financeiro, no valor de € 11.342,00. -----

Processo 791/2026. Relatório e Contas 2025 -----

Transcrição do teor da proposta de resolução: -----

“Factos e fundamentos legais -----

Considerando que: -----

1. O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, determina que as demonstrações financeiras e orçamentais, bem como o relato de gestão, sejam elaborados e apresentados de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP) n.ºs 1 a 27; -----



2. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal até ao final do mês de abril do ano seguinte àquele a que respeita; ---

3. O Relatório e Contas relativo ao exercício de 2025, que se anexa, integra o relatório de gestão, bem como as demonstrações financeiras e orçamentais de relato, encontrando-se elaborado e organizado em conformidade com as disposições do SNC-AP e das Normas de Contabilidade Pública aplicáveis; -----

4. Por último, a Câmara Municipal, em reunião realizada a 21 de abril de 2026, deliberou, por maioria, com dois votos contra (a saber: vereadores Rui Dionísio e Paulo Tolda) aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Relatório e Contas 2025. -----

Proposta de resolução -----

É proposto que a Assembleia Municipal delibere: -----

Apreciar e votar o Relatório e Contas 2025, em anexo, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conjugado com o n.º 1 do artigo 76.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.” -----

O **presidente da Câmara Municipal** apresentou uma exposição em formato PowerPoint, enquadrando o momento como um exercício de transparência e prestação de contas perante os eleitos locais, com o objetivo de dar a conhecer de forma objetiva a situação financeira do município. -----

Referiu que o exercício de 2025 foi marcado pela tomada de posse de um novo executivo municipal, sublinhando que o mesmo encontrou uma situação financeira

sólida, resultante de uma gestão responsável dos recursos públicos, compromisso que afirmou pretender dar continuidade. -----

Apresentou os principais indicadores financeiros de 2025, destacando uma receita executada de 24,61 milhões de euros, com uma taxa de execução de 95,05%, considerada a melhor de sempre do município. Referiu uma despesa executada de 19,83 milhões de euros, com taxa de execução de 76,60%, evidenciando controlo na gestão dos recursos. Indicou ainda um saldo orçamental positivo de 4,77 milhões de euros, bem como um resultado líquido positivo de cerca de 630 mil euros e uma poupança corrente de aproximadamente 1,03 milhões de euros. -----

Referiu que o prazo médio de pagamentos se situa em 9 dias, não existindo pagamentos em atraso superiores a 90 dias, evidenciando a boa saúde financeira do município. -----

No que respeita à execução orçamental, destacou uma receita corrente de 11,18 milhões de euros (taxa de execução de 98,69%) e receitas de capital de 2,87 milhões de euros (taxa de execução de 61,76%), sublinhando a solidez das fontes de financiamento. Indicou ainda uma despesa corrente de 9,8 milhões de euros, com taxa de execução de 87,64%. -----

Apresentou a distribuição da despesa efetiva, destacando um crescimento global face a 2024, explicado pelo aumento do investimento, atualização salarial, progressões na carreira e admissão de novos trabalhadores. -----

No âmbito do investimento municipal, identificou quatro áreas prioritárias: infraestruturas rodoviárias, água e saneamento, habitação (Programa 1.º Direito) e saúde, nomeadamente a nova unidade de saúde local. Referiu ainda apoios às freguesias no valor de 646 mil euros, à Santa Casa da Misericórdia de Armamar e ao CROAC no montante de 114 mil euros, bem como aos Bombeiros Voluntários de Armamar no valor de 50 mil euros e a outras entidades e IPSS. -----

Mencionou investimentos em infraestruturas rodoviárias já em execução ou transitados



do anterior executivo, destacando o objetivo de concluir, nos anos de 2026 e 2027, a pavimentação de várias vias estruturantes do concelho, bem como a ligação de diversas interceções viárias. -----

No setor do abastecimento de água, referiu investimentos no prolongamento de redes, aquisição de terrenos e renovação de frota municipal. -----

Relativamente à sustentabilidade financeira, afirmou que todos os limites legais de endividamento foram cumpridos, existindo margem para financiamento adicional de investimento. Destacou ainda a internalização da empresa municipal Armamar Viva, S.A., com poupanças estimadas e eliminação de encargos futuros, bem como a liquidação antecipada de dívida associada à parceria público-privada, considerando-a uma opção de gestão responsável. -----

Concluiu referindo que o município apresenta resultados líquidos positivos pelo terceiro ano consecutivo, reforçando a sua capacidade de investimento futuro, e reafirmou o compromisso com o rigor financeiro, aceleração do investimento e reforço do apoio à comunidade. Mostrou-se disponível para prestar todos os esclarecimentos adicionais. ---

Abertas as inscrições, usaram da palavra os seguintes membros: -----

Flávia Laranjeira relativamente a este ponto deixou algumas considerações, começando por dizer que, tendo em conta que os vereadores que representam o Novo Rumo detalharam a sua posição desfavorável relativamente a este ponto, na reunião de executivo, gostaria somente, de reforçar a sua posição. Referiu que a estratégia deste ano foi, em grande parte, “apagar fogos”, deixada pela gestão anterior. Exemplo disso é a Armamar Viva, S.A., cuja internalização foi positiva, mas o facto de ter sido adiada durante anos, levou o município a perder centenas de milhares de euros que poderiam ser utilizados para investimentos e desenvolvimento do concelho. O aumento das previsões para processos judiciais em curso, empreiteiros a reclamar pagamentos, mostra que a prioridade tem sido lidar com o incumprimento das regras da contratação

pública, do passado, em vez de investir no futuro e continuam em falta elementos essenciais e obrigatórios como os relatórios das obras por administração direta. Em conclusão disse que votarão contra porque este relatório de contas reflete um município sem rumo. Existe dinheiro em caixa que não é investido e, falando em prioridades, em Armamar, existem várias e o projeto da fruticultura que defendem seria no âmbito dos fundos comunitários. O município tem uma máquina de pessoal que cresce sem critérios e as festas tentam esconder o peso de processos judiciais e dívidas herdadas. Armamar precisa de uma estratégia de desenvolvimento para que cresça de forma sustentável. -----

Manuel Rodrigues, cumprimentou os presentes e o público que acompanha esta sessão via on-line e fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

“No que respeita à prestação de contas referentes ao ano de 2025 quero deixar algumas notas que me parecem importantes e relevantes. Em primeiro lugar quero dar os parabéns aos serviços técnicos da autarquia, pelo excelente trabalho realizado na elaboração dos documentos apresentados a esta assembleia. Em segundo lugar, parabenizar o anterior e o atual executivo, pelo trabalho feito e pelos resultados que hoje nos apresentam. Bem sabemos que o ideal era que as contas fossem apresentadas em separado, mas também reconhecemos que tal situação iria dar muito mais trabalhos aos serviços do município. Vamos ao que realmente importa, a análise aos resultados apresentados. Primeiro gostaria de destacar a execução das receitas que totalizaram 24,6 milhões de euros, sendo o valor mais elevado de sempre alcançado por este município. No que respeita à despesa, esta cifrou-se nos 19,8 milhões de euros, ainda assim, um número digno de registo. O município registou, assim um superavit, no exercício de 2025, de 4,77 milhões de euros. Há também que referir que a despesa total cresceu 5,9 milhões de euros, sendo que 4,5 milhões, correspondem à despesa de capital, ou seja, refletem um maior investimento que incidiu, sobretudo, na requalificação das vias municipais, habitação, abastecimento de água e também na área da saúde, com o início da construção do novo



Centro de Saúde. No que respeita à transferência para entidades, a destacar um aumento do apoio às freguesias, às IPSS, com um valor acima de um 1,1 milhões de euros. Existiu um ligeiro aumento da despesa com pessoal, resultante, na sua maioria, da atualização salarial da progressão das carreiras. O recurso do município a entidades externas também sofreu um aumento significativo, muito impulsionado pela aquisição de serviços de jardinagem, mas também de serviços especializados para elaboração de estudos e projetos fundamentais para execução da obra do futuro. Quero, ainda, destacar o processo da internalização da PPP, que permitirá, ao município, poupar mais de 2 milhões de euros, até ao término previsto do contrato. Dando ênfase que a liquidação, de todos os encargos com esta operação, foi efetuada com fundos próprios do município, o que revela o cuidado que o atual e o anterior executivo tiveram na gestão dos dinheiros públicos. No que respeita aos limites e capacidade de endividamento, o município cumpre todos os critérios previstos na lei, o que se revela um bom pronúncio para o futuro, caso seja necessário, por exemplo, recorrer a empréstimo para a execução de obras futuras. Para finalizar, referir que o município de Armamar, é um excelente pagador, pois consegue pagar em média, em 9 dias, aos seus fornecedores. Assim, face a estes resultados financeiros alcançados pelo município, entendo que os senhores deputados e presidentes de junta de freguesias, deveriam votar favoravelmente este documento. “ -----

Em resposta à intervenção de Manuel Rodrigues, o **presidente da Câmara Municipal** referiu que o município se encontra atualmente com maior capacidade de endividamento, tendo indicado que existe margem para recurso a financiamento bancário até cerca de 4 milhões de euros, conforme apresentado no Relatório e Contas. Agradeceu o trabalho desenvolvido pelo anterior executivo, salientando que o município foi encontrado com uma situação de estabilidade financeira sólida. Referiu ainda que, apesar das críticas, de alguns, relativas à existência de disponibilidade financeira sem execução de investimento, o executivo entende que os investimentos devem ser realizados de forma faseada e priorizada. -----

Acrescentou que está previsto um investimento de cerca de 5,2 milhões de euros na requalificação da escola, a financiar maioritariamente através do Banco Europeu de Investimento (BEI), representando aproximadamente 80% do valor total, cabendo o remanescente ao município. Referiu que este projeto teve origem no anterior executivo, embora o custo estimado tenha sofrido um aumento face à atualização dos valores atuais, sendo esse acréscimo suportado pela autarquia. -----

Concluiu afirmando que o executivo mantém o compromisso com a estabilidade financeira, o investimento estruturante e a mobilização de fundos comunitários e financiamento externo, sempre que possível, para a concretização de projetos de desenvolvimento do concelho. -----

Passando à intervenção de Flávia Laranjeira perguntou-lhe se tem ideia de quanto é que seriam as centenas de milhares de euros que o município poupava se tivesse feito a internalização da PPP há mais tempo. Desafiou-a a fazer esse esclarecimento. Sobre a afirmação de que o município tem dinheiro e não tem obra, o seu a seu tempo, “vamos ter obra e com o contributo de todos”. Em relação ao Centro da Frutologia, já que voltou a falar no assunto, gostaria de saber qual a fonte dos Fundos Comunitários que dá 10 milhões de euros. Como deve calcular se existirem candidaturas até esses montantes, apesar de tudo ser prioritário, naturalmente, a escola/educação serão a prioridade maior, assim como as vias de comunicação. No que respeita a processos judiciais, afirmou não ter conhecimento dos casos mencionados, convidando a interveniente a esclarecer diretamente essas situações, no púlpito, caso assim o entenda. -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com dez abstenções (a saber: todos membros do grupo de cidadãos eleitores Novo Rumo, com exceção do presidente de junta de Queimadela, Emmanuel Galvão). -----

O **presidente da Câmara Municipal** agradeceu a aprovação da prestação de contas de 2025, manifestando a expectativa de que o exercício de 2026 venha a ser aprovado



por unanimidade. Referiu que o executivo continuará a trabalhar nesse sentido, sublinhando que, embora não seja possível corresponder a todas as expetativas individuais, o objetivo é assegurar diariamente o melhor desempenho em prol do concelho. -----

Dirigindo-se à Presidente da Junta de Freguesia de Armamar, pediu desculpa por eventuais falhas na gestão do tempo da sessão, devido ao elevado número de intervenções, aproveitando agora para agradecer a organização das comemorações do 25 de Abril, reiterando a importância das iniciativas desenvolvidas pela freguesia ao longo dos anos. Enalteceu o programa comemorativo, destacando as atividades direcionadas aos mais jovens, as iniciativas desportivas e o momento cultural dirigido ao público sénior. -----

Agradeceu igualmente à Junta de Freguesia de Aldeias pela realização do Trail, considerando-o um sucesso e sublinhando que todas as iniciativas desta natureza são bem-vindas. -----

Referiu que, embora reconheça a autonomia das freguesias na organização das comemorações do 25 de Abril, entende que existe margem para reflexão sobre um modelo mais integrado, sugerindo que futuras edições possam ser organizadas de forma conjunta pelas freguesias na sede do concelho. Lançou, nesse sentido, um desafio à Presidente da Junta de Freguesia de Armamar e aos restantes autarcas para equacionarem essa possibilidade, envolvendo todas as freguesias numa celebração comum. -----

Propôs ainda que, caso essa organização conjunta avance, o município poderá apoiar a logística, incluindo transporte das populações, e sugeriu a criação de um momento de convívio entre freguesias, considerando que tal iniciativa reforçaria o espírito de comunidade e a participação popular nas comemorações do 25 de Abril. -----

Encerramento da reunião -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Forma de votação -----

----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas de forma nominal. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da assembleia municipal encerrada a sessão às treze horas e vinte e oito minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente:



Primeira secretária:



Segunda-secretária:

